

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE VINTE E QUATRO DE ABRIL DE DOIS MIL E VINTE E CINCO

Aos vinte e quatro dias do mês de abril de dois mil e vinte e cinco, no Auditório da Casa das Artes de Arcos de Valdevez, reuniu, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Arcos de Valdevez, sob a presidência de Francisco Rodrigues de Araújo, secretariado por Manuel Caldas de Brito (primeiro-secretário) e Elsa Cristiana da Silva Rocha (segunda-secretária). -----

CHAMADA - à chamada, que se efetuou às quinze horas, por falta de quórum à hora marcada para o início da reunião (catorze horas e trinta minutos), responderam sessenta e dois membros da Assembleia Municipal. -----

JUSTIFICAÇÕES DE FALTAS – apresentaram justificações de falta, que foram aceites, Alexandra Cristina Rodrigues Esteves, Eduardo Filipe da Costa Esteves Pontes, Alda Cecília Pinto Esteves, Elisabete Dias de Sousa Amorim e Rogério Manuel Barreiros Correia. -----

Não estiveram presentes nesta reunião, nem justificaram a respetiva falta, Alexandre Barreira Gomes, António Duarte Teixeira Afonso Rodrigues, Arlindo Rodrigues Barbosa, David Manuel Rodrigues Ferreira Gomes, Gabriel da Costa e Silva e Horácio da Costa Cerqueira. -----

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Cabreiro - João Carlos Pereira Barbosa - comunicou que seria substituído nesta sessão pelo Tesoureiro - Durval Ribeiro Botelho. -----

A Câmara Municipal foi representada nesta sessão pelo Presidente em exercício – Olegário Gomes Gonçalves – tendo também assistido à mesma, na totalidade ou em partes, os/as Vereadores/as João Carlos Braga Simões, Emília da Graça Neto Cerdeira, Beatriz Maria Faria da Silva e Marco Aurélio Barbosa Amorim. -----

INFORMAÇÕES E CORRESPONDÊNCIA: - o Senhor Presidente da Assembleia informou que o Senhor Pedro Miguel Costa de Sousa e as senhoras Angélica Leite Costa Ferreira e Maria Emília e Sousa Cerqueira, do Grupo Municipal do PSD, e Carla Manuela Pereira Machado Lima da Fonseca e Maria Madalena Afonso Alves Pereira Pimenta Ferreira, do Grupo Municipal do PS, solicitaram substituição por ausência temporária inferior a trinta dias, tendo sido convocados/as para as respetivas substituições nesta sessão Elisabete Dias de Sousa Amorim, José de Brito Esteves, Miguel Dias Fernandes, Rui Manuel Cerqueira Galvão da Rocha e Alda Cecília Pinto Esteves. -----

Deu conhecimento da correspondência recebida desde a última sessão, declarando-a à disposição de quem pretendesse consultá-la. -----

Tendo-se procedido ao registo magnético da sessão, e verificando-se estar o mesmo em boas condições, nesta ata apenas se faz referência às intervenções ocorridas. -----

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE VINTE E OITO DE FEVEREIRO DE DOIS MIL E VINTE E CINCO: - interveio a Senhora Flávia Afonso (PS) – Anexo 1 – tendo o projeto da ata sido **aprovado, por unanimidade**. Não participou na votação quem não esteve presente na sessão a que a mesma respeita. -

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Intervieram Ana Gave (PS) – Anexos 2 e 4; Helena Silva (PSD) – Anexo 3; Jorge Barros (PS) –

Anexo 5; António Maria Sousa – Anexos 6 e 16; Rui Rocha (PS) – Anexo 7; Norberto Brito (PSD) – Anexo 8; Sandra Barreira (CDU) – Anexo 9; Flávia Afonso (PS) – Anexo 10; Elizabeth Fernandes (PSD) – Anexo 11; António Faria (CDS) – Anexo 12; Elsa Esteves (PS) – Anexo 13; Fernanda Cerqueira (PSD) – Anexo 14; Dina Sousa (PS) – Anexo 15; José Gonçalves (PSD) e Presidente da Câmara. -----

Foram tomadas as seguintes deliberações: -----

- **Aprovados, por unanimidade, dois votos de pesar pelo falecimento de Sua Santidade o Papa Francisco**, apresentados pelos Grupos Municipais do PS (Anexo 2) e do PSD (Anexo 3), tendo este último sido subscrito pelo Grupo Municipal do CDS. -----

- **Aprovado, por unanimidade, voto de pesar pelo falecimento do Senhor Dr. Mário Pinho Silva**, "... responsável pela indicação de Arcos de Valdevez para a construção de um Centro de Saúde inovador financiado pela Agência Internacional para o Desenvolvimento dos Estados Unidos da América..." (Anexo 4), apresentado pelo Grupo Municipal do PS e subscrito pelos Grupos Municipais do PSD, do CDS e da CDU, bem como pelo Senhor António Maria Sousa. -----

- **Aprovados, por unanimidade, dois votos de pesar pelo falecimento do Senhor Serafim Lúcio Pinto Dantas**, funcionário do Município, apresentados pelo Grupo Municipal do PS (Anexo 5) e pelo Senhor António Maria Sousa (Anexo 6), tendo o primeiro sido subscrito pelos Grupos Municipais do PSD, do CDS e da CDU e o segundo também pelo Grupo do PSD. -----

- **Aprovada, por unanimidade, proposta de um conjunto de medidas para valorização dos cuidadores informais** (Anexo 10), apresentada pelo Grupo Municipal do PS. -----

- **Aprovado, por unanimidade, voto de louvor ao Senhor Dr. António José Tábuas Lages Amorim**, "... pelo seu empenho, competência e dedicação ao fortalecimento do sistema de saúde em Portugal..." (Anexo 11), apresentado pelo Grupo Municipal do PSD e subscrito pelos Grupos do PS, do CDS e da CDU, bem como pelos senhores António Maria Sousa e Rui Aguiam. -----

- **Aprovado, por maioria, com o voto contra de António Faria e a abstenção de Rui Aguiam, voto de louvor à Eng. Joana Patrícia da Rocha Pereira**, funcionária do Município (Anexo 16), apresentado pelo Senhor António Maria Sousa. -----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

PONTO UM – RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO EXECUTIVO (FEVEREIRO – ABRIL / 2025) -

previamente distribuído por escrito, na forma habitual, o Relatório fica arquivado nos documentos que fazem parte desta ata. -----

Intervieram Elsa Esteves (PS) – Anexo 17; Helena Silva (PSD) – Anexo 18; Fernando Fonseca (CDS) – Anexo 19; Vítor Sousa (PS) – Anexo 20; Elizabeth Fernandes (PSD) – Anexo 21; José Pereira (PS) – Anexo 22; António Maria Sousa; Rui Aguiam e Presidente da Câmara. -----

Foram tomadas as seguintes deliberações: -----

PONTO DOIS – DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DO ANO DE 2024: -

o Senhor Presidente da Câmara informou que os documentos de prestação de contas relativos ao ano de dois mil e

vinde e quatro foram elaborados nos termos do Sistema de Normalização Contabilística para Administrações Públicas (SNC-AP) e do Anexo à Resolução do Tribunal de Contas nº 4/2001, no uso da competência prevista na alínea i) do nº 1 do artigo 33º do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, sendo acompanhados da respetiva certificação legal, efetuada pelo Revisor Oficial de Contas C.& R. Ribas Pacheco, nos termos do artigo 77º, nº 2 da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro. Os documentos encontram-se integralmente elaborados e devidamente arquivados, dando-se como aqui integralmente reproduzidos para todo os efeitos legais. -----

Referiu que o total do Ativo foi de € 135 010 887,43 (cento e trinta e cinco milhões dez mil oitocentos e oitenta e sete euros e quarenta e três cêntimos); o total do Património Líquido foi de € 126 815 897,74 (cento e vinte e seis milhões oitocentos e quinze mil oitocentos e noventa e sete euros e setenta e quatro cêntimos), sendo € 39 357 805,60 (trinta e nove milhões trezentos e cinquenta e sete mil oitocentos e cinco euros e sessenta cêntimos) de património, € 28 409 833,11 (vinte e oito milhões quatrocentos e nove mil oitocentos e trinta e três euros e onze cêntimos) de Reservas, € 459 501,43 (quatrocentos e cinquenta e nove mil quinhentos e um euros e quarenta e três cêntimos) de Resultados Transitados, € 72 065,44 (setenta e dois mil e sessenta e cinco euros e quarenta e quatro cêntimos) de ajustamentos em ativos financeiros, € 59 155 313,00 (cinquenta e nove milhões cento e cinquenta e cinco mil trezentos e treze euros) de outras variações no património líquido e € - 638 620,84 (seiscentos e trinta e oito mil seiscentos e vinte euros e oitenta e quatro cêntimos, negativos) de Resultado Líquido; que o total do Passivo foi de € 8 194 989,69 (oito milhões cento e noventa e quatro mil novecentos e oitenta e nove euros e sessenta e nove cêntimos), sendo € 4 828 841,39 (quatro milhões oitocentos e vinte e oito mil oitocentos e quarenta e um euros e trinta e nove cêntimos) de passivo não corrente e € 3 366 148,30 (três milhões trezentos e sessenta e seis mil cento e quarenta e oito euros e trinta cêntimos) de passivo corrente. -----

Que na Demonstração de Resultados verifica-se que os Rendimentos foram de € 30 151 355,70 (trinta milhões cento e cinquenta e um mil trezentos e cinquenta e cinco euros e setenta cêntimos) e os Gastos foram de € 30 789 976,54 (trinta milhões setecentos e oitenta e nove mil novecentos e setenta e seis euros e cinquenta e quatro cêntimos), sendo o Resultado Líquido de € - 638 620,84 (seiscentos e trinta e oito mil seiscentos e vinte euros e oitenta e quatro cêntimos, negativos) transferido para Resultados Transitados.-----

Que o saldo da gerência anterior era de € 1 683 442,61 (um milhão seiscentos e oitenta e três mil quatrocentos e quarenta e dois euros e sessenta e um cêntimos), sendo € 196 900,03 (cento e noventa e seis mil e novecentos euros e três cêntimos) de execução orçamental e € 1 486 542,58 (um milhão quatrocentos e oitenta e seis mil quinhentos e quarenta e dois euros e cinquenta e oito cêntimos) de operações de tesouraria. -----

Que as receitas orçamentais foram de € 32 294 768,98 (trinta e dois milhões duzentos e noventa e quatro mil setecentos e sessenta e oito euros e noventa e oito cêntimos), sendo € 26 719 061,92 (vinte e

seis milhões setecentos e dezanove mil e sessenta e um euros e noventa e dois cêntimos) de correntes, € 5 364 245,28 (cinco milhões trezentos e sessenta e quatro mil duzentos e quarenta e cinco euros e vinte e oito cêntimos) de capital, e € 14 561,75 (catorze mil quinhentos e sessenta e um euros e setenta e cinco cêntimos) de outras receitas; e entradas de operações de tesouraria € 442 551,39 (quatrocentos e quarenta e dois mil quinhentos e cinquenta e um euros e trinta e nove cêntimos). -----

Que as despesas orçamentais foram de € 32 100 254,15 (trinta e dois milhões cem mil duzentos e cinquenta e quatro euros e quinze cêntimos), sendo € 21 182 662,43 (vinte e um milhões cento e oitenta e dois mil seiscentos e sessenta e dois euros e quarenta e três cêntimos) de correntes, e € 10 421 920,76 (dez milhões quatrocentos e vinte e um mil novecentos e vinte euros e setenta e seis cêntimos) de capital, efetuando-se, ainda, pagamentos por operações de tesouraria de € 305 504,68 (trezentos e cinco mil quinhentos e quatro euros e sessenta e oito cêntimos). -----

Que transitou para a gerência seguinte um saldo de € 1 818 104,12 (um milhão oitocentos e dezoito mil cento e quatro euros e doze cêntimos), sendo € 194 514,83 (cento e noventa e quatro mil quinhentos e catorze euros e oitenta e três cêntimos) de execução orçamental, e € 1 623 589,29 (um milhão seiscentos e vinte e três mil quinhentos e oitenta e nove euros e vinte e nove cêntimos) de operações de tesouraria. -----

Intervieram Jorge Amorim (PSD) – *Anexo 23*, Flávia Afonso (PS) – *Anexo 24*, Fernando Fonseca (CDS) – *Anexo 25*, Sandra Barreira (CDU) e Presidente da Câmara. -----

- **A Assembleia deliberou, por maioria, com sete votos contra** – Ana Gave, Rui Rocha, Dina Sousa, Elsa Esteves, Flávia Afonso, Jorge Barros e Vítor Sousa – **e três abstenções** – Sandra Barreira, António Faria e Fernando Fonseca – **apreciar favoravelmente** os Documentos de Prestação de Contas do ano de dois mil e vinte e quatro, em conformidade com o disposto no nº 1 do artigo 76º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, e no nº 2 - alínea I) do artigo 25º do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

PONTO TRÊS – PROPOSTAS DE PROTOCOLOS DE APOIO FINANCEIRO A CELEBRAR COM A FREGUESIA DE SENHAREI E A UNIÃO DE FREGUESIAS DE JOLDA (MADALENA) E RIO CABRÃO: - o Senhor Presidente da Câmara referiu que, em conformidade com o previsto na alínea ccc) do nº 1 do artigo 33º do Anexo I à Lei 75/2013, de 12 de setembro, propunha a aprovação dos protocolos de apoio financeiro, a celebrar com a Freguesia de Senharei e a União de Freguesias de Jolda (Madalena) e Rio Cabrão, para apoio no valor de trinta e sete mil duzentos e setenta e um euros às obras e/ou fornecimentos indicados, acrescido do financiamento para os trabalhos de limpeza e conservação dos caminhos vicinais: -----

- **Senharei – € 43 893,00** (quarenta e três mil oitocentos e noventa e três euros) – pavimentação do Caminho do Vieiro, obras no interior da Sede da Junta e arranjo do muro do Cemitério Paroquial, com orçamento de € 40 000,00 (quarenta mil euros), mais IVA; -----

- **Jolda (Madalena) e Rio Cabrão – € 52 235,10** (cinquenta e dois mil duzentos e trinta e cinco

euros e dez cêntimos) – instalação de estátua de homenagem aos emigrantes e aos militares, limpeza e benfeitorias nas minas dos fontanários da Valinha e de Vilarinho, obras interiores na Sede da Junta e beneficiações entre a Rua de Quintela e Côto-Letrigo, nos caminhos do Lameiro e da Fonte do Argão e nas vias entre Saíme e a Valinha, cujo valor total orçamentado é de € 48 114,00 (quarenta e oito mil cento e catorze euros), mais IVA. -----

Intervieram Vítor Sousa (PS) – *Anexo 26*, António Maria Sousa, Rui Aguiam e Presidente da Câmara. -----

- **A Assembleia deliberou, por unanimidade**, e em conformidade com o disposto na alínea j) do nº 1 do artigo 25º do Anexo I à Lei 75/2013, de 12 de setembro, aprovar os protocolos de apoio financeiro, a celebrar com a Freguesia de Senharei e a União de Freguesias de Jolda (Madalena) e Rio Cabrão. -----

PONTO QUATRO – PROPOSTAS DE ALTERAÇÃO AOS ACORDOS DE TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA OS ÓRGÃOS DAS FREGUESIAS DE CENDUFE, JOLDA (S. PAIO), OLIVEIRA, PROZELO, RIO DE MOINHOS E RIO FRIO, E UNIÕES DE FREGUESIAS DE ÁLVORA E LOUREDA, DE ARCOS DE VALDEVEZ (SALVADOR), VILA FONCHE E PARADA E DE JOLDA (MADALENA) E RIO CABRÃO: - o Senhor Presidente da Câmara esclareceu que as presentes propostas de alteração dos acordos já celebrados visavam a atualização dos valores relativos à limpeza de vias, a transferir para as freguesias e uniões de freguesias indicadas, que passou de quinhentos e vinte euros para quinhentos e cinquenta e nove euros por quilómetro. -----

Intervieram Jorge Barros (PS) – *Anexo 27* – e Presidente da Câmara. -----

- **A Assembleia deliberou, por unanimidade**, e em conformidade com o disposto nos nºs 3 e 4 do artigo 6º do Decreto-Lei nº 57/2019, de 30 de abril, e na alínea k) do nº 1 do artigo 25º do Anexo I à Lei 75/2013, de 12 de setembro, nas suas atuais redações, aprovar as propostas de alteração aos Acordos de Transferência de Competências e Autos de Transferência de Recursos celebrados com as freguesias de Cendufe, Jolda (S. Paio), Oliveira, Prozelo, Rio de Moinhos e Rio Frio, e uniões de freguesias de Álvora e Loureda, de Arcos de Valdevez (Salvador), Vila Fonche e Parada e de Jolda (Madalena) e Rio Cabrão. ----

O Senhor Presidente da Junta da União de Freguesias de Arcos de Valdevez (Salvador), Vila Fonche e Parada – Rui Aguiam – apresentou posteriormente **declaração de voto** (*Anexo 28*). -----

APROVAÇÃO EM MINUTA: - o Senhor Presidente da Assembleia leu a minuta da ata desta sessão, colocando-a à apreciação do Plenário. Não havendo inscrições para a sua discussão, passou-se de imediato à votação, vindo o documento a ser **aprovado por unanimidade**, em conformidade com o disposto no nº 3 do artigo 57º do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

PERÍODO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Júlio Canário – solicitou que fossem feitas alguns melhoramentos no Rio Ázere, de modo a melhorar as suas condições de utilização como praia fluvial. -----

Presidente da Câmara – agradeceu a intervenção referindo que analisaria a viabilidade das sugestões apresentadas com os serviços do Município. -----

Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente da Assembleia agradeceu a todos os presentes e, quando eram dezoito horas e cinquenta minutos, encerrou os trabalhos desta sessão, dos quais, para constar, se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada no próximo plenário, há-de ser assinada pelo Senhor Presidente da Assembleia e por mim, Isabel Gonçalves, que a lavrei. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ANEXOS

1 a 28

24/04/2025



Assembleia Municipal de Arcos de Valdevez - 24 de abril de 2025

Repór a verdade

A propósito da Declaração de Voto do Senhor Presidente da União de Freguesias de Arcos (Salvador), Vila Fonche e Parada, de 4 de março de 2025

O Grupo de Eleitos do Partido Socialista nesta Assembleia Municipal recebeu com estranheza e estupefação a Declaração de Voto do Senhor Presidente da Junta acima referida quer no que respeita aos motivos quer aos fundamentos apresentados.

Vejamos:

1. O Partido Socialista de Arcos de Valdevez tem por regra, quer na Vereação Municipal, na Assembleia Municipal e nas Assembleias de Freguesia, votado favoravelmente a distribuição de verbas às Freguesias decididas pelo Executivo Municipal.
2. Os referidos órgãos do Partido Socialista arcuense têm, pelo contrário, pugnado para que essa distribuição de verbas seja tão generosa quanto possível e disso temos dado nota pública nas nossas intervenções em todas as instituições autárquicas em que temos assento.
3. Com responsabilidade e sentido crítico temos, também, feito reparos quanto à criteriosa utilização dessas mesmas verbas, pela demonstração do seu exercício e execução, sempre no sentido do Interesse Público e do das Populações das Freguesias e do Concelho, seja para a Gestão informática dos Cemitérios, Manutenção, Reparação e Alargamento de Vias e outras Obras em curso, entre outros fins julgados necessários
4. O Partido Socialista de Arcos de Valdevez não viabilizará nunca obras de fachada, excentricidades desnecessárias ou gastos que não beneficiam, antes degradam o bem-estar das populações.
5. O Partido Socialista arcuense, em relação à verba de 53.975,00 euros, mais IVA, atribuída à Junta de Freguesia em causa, votou excecionalmente contra e absteve-se em Assembleia Municipal e de Freguesia porque tinha fundada suspeita que cerca de 20 mil euros daquela verba se destinariam a pagar um ecrã LED que o Executivo da Junta tinha decidido colocar no exterior da Casa da Junta de Salvador e que, em nosso entender, não só não beneficiava diretamente a população da Freguesia, criava um conflito estético e de ruído visual, como os objetivos apresentados para a sua aquisição foram bastante difusos e insuficientes (placard para anunciar o Espaço Cidadão?, anunciar atividades da Junta?, publicidade comercial?, enfim...).

Como conjugar esta despesa com uma efetiva necessidade dos fregueses?





6. O Executivo da Junta tem e teve maioria suficiente para aprovar todas as suas iniciativas, até aquelas que sabe que não merecem o nosso, do Partido Socialista, apoio. Usa a sua maioria como entender, dentro da Lei, só que não pode calar a oposição que, de forma crítica e construtiva, os eleitos do Partido Socialista entendem manifestar e representar. E assim irão continuar.

Arcos de Valdevez, 24 de Abril de 2025

Grupo Municipal do Partido Socialista de Arcos de Valdevez,





Assembleia Municipal de Arcos de Valdevez - 24 de abril de 2025

Voto de Pesar pelo Falecimento do Papa Francisco

A bancada do Partido Socialista vem apresentar um voto de pesar pelo falecimento do Papa Francisco, o Papa que veio "quase do fim do mundo" e que dedicou o seu pontificado a ir aos verdadeiros fins de mundo onde poucos ousam ir.

O Papa Francisco não se limitou a falar de fraternidade; viveu-a.

Lembrou-nos que "o individualismo não nos torna mais livres, mais iguais, mais irmãos" e que a mera soma dos interesses individuais não é capaz de gerar um mundo melhor para toda a humanidade.

Francisco foi igualmente o Papa dos esquecidos, dos invisíveis, dos marginalizados e com a sua partida, perdemos não apenas um líder religioso, mas uma voz corajosa que nos sensibilizou à responsabilidade uns pelos outros, especialmente pelos mais vulneráveis.

Esperemos que o seu exemplo de humildade, compaixão e coragem nos inspire a construir uma comunidade mais solidária e justa e que a sua mensagem, que foi tão política como religiosa, permaneça viva naqueles que acreditam e lutam por uma sociedade mais inclusiva e fraterna, onde, como disse em Lisboa, todos, todos, todos possam coexistir em liberdade, dignidade e paz

Por tudo isto, venho propor, em nome do Grupo Municipal do Partido Socialista, que esta Assembleia aprove o presente voto de pesar, que venha a ser dado conhecimento do mesmo à Diocese de Viana do Castelo, e que, emanados num sentimento de profundo pesar, seja cumprido um minuto de silêncio em sua memória.

24 de Abril de 2025

Grupo Municipal do Partido Socialista

Dr. Rafael Gato



VOTO DE PESAR

Voto de Pesar pelo falecimento de Sua Santidade, o Papa Francisco

Foi com grande consternação que tomámos conhecimento do falecimento, no passado dia 21 de abril de Jorge Mário Bergoglio, Sua Santidade, o Papa Francisco. Eleito para o seu pontificado a 13 de março de 2013, foi uma personalidade marcante particularmente para os católicos, mas também para o mundo em geral, pela sua capacidade dialogante, intelectual e espiritual. Marcou indelevelmente pela sua simplicidade, humildade, coragem e proximidade. Defensor dos mais desfavorecidos, da paz e da justiça social. Conhecido como o Papa dos afetos, "O Papa de todos, todos, todos!"

O Grupo Municipal do PSD expressa publicamente o seu profundo pesar pelo desaparecimento de uma personalidade tão importante para a Humanidade, pelo que se propõe que esta Assembleia Municipal delibere:

1. Aprovar o presente "Voto de Pesar" pelo falecimento de Sua, Santidade, o Papa Francisco guardando um minuto de silêncio em sua memória;
2. Manifestar ao Arciprestado de Arcos de Valdevez, à Diocese de Viana do Castelo e ao Patriarcado de Lisboa, as mais sentidas condolências, transmitindo o teor deste "Voto de Pesar".

Grupo Municipal do PSD, Arcos de Valdevez, 24 de abril de 2025



Assembleia Municipal de Arcos de Valdevez - 24 de abril de 2025

Voto de Pesar pelo Falecimento do Dr. Mário Pinho da Silva

Faleceu na semana passada o Dr. Mário Pinho da Silva, um médico com vasto currículo profissional nacional e internacional, responsável pela direcção e lançamento do primeiro Centro de Saúde em Portugal (em Vizela), e incumbido, dado o sucesso e inovação destes serviços de saúde, de lançar Centros de Saúde em várias localidades.

Veio para Viana do Castelo, como Presidente da Comissão Instaladora da Sub-Região de Saúde de Viana do Castelo, e é aí que o seu destino se cruza com o de Arcos de Valdevez. Pois foi ele, o responsável pela indicação de Arcos de Valdevez para a construção de um Centro de Saúde inovador financiado pela Agência Internacional para o Desenvolvimento dos Estados da América (USAID), lançando as bases, nos alvares do SNS, para o alargamento dos cuidados de saúde a toda a população arcuense, com qualidade e acessibilidade, e iniciando um período em que o Centro de Saúde Arcos de Valdevez se tornou um modelo nacional de desempenho na prestação de cuidados. É o mesmo Centro de Saúde que nos serve hoje, com as naturais modificações que o progresso impõe.

Mas a sua essência permanece, como um local pensado e criado de raiz para responder às necessidades de saúde de toda a população do concelho. Foi por essa razão que, em 2023, levou esta Câmara a decidir, em boa hora, agradecer o Dr. Mário Pinho da Silva, com a Medalha de Mérito Social, pelos bons serviços prestados ao concelho e por ter deixado, há quase 50 anos, uma marca que perdura no território arcuense.

Foi feita a justa homenagem em vida. É justa também esta homenagem no momento da sua partida. 24 de Abril de 2025.

Por tudo isto, pelo seu percurso de vida, pelo seu carácter e pela marca positiva que deixou na comunidade venho propor, em nome do Grupo Municipal do Partido Socialista, que esta Assembleia aprove o presente voto de pesar, que venha a ser dado conhecimento do mesmo à família, e que, emanados num sentimento de profundo pesar, seja cumprido um minuto de silêncio em sua memória.

24 de Abril de 2025

Grupo Municipal do Partido Socialista

António Pinho da Silva





Assembleia Municipal de Arcos de Valdevez - 24 de abril de 2025

Voto de Pesar pelo Falecimento do Sr. Serafim Dantas

A bancada do Partido Socialista vem apresentar um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Serafim Lúcio Pinto Dantas, que nos deixou no passado dia 23 de março, com apenas 62 anos.

O senhor Serafim Dantas foi, acima de tudo, um familiar e amigo profundamente amado. Pai dedicado de quatro filhos e avô orgulhoso de três netos, foi um pilar na vida da sua família, cuja ausência será sentida de forma irreparável.

Respeitado por todos os que com ele conviviam — quer no seio familiar, quer no ambiente profissional — o senhor Serafim construiu a sua vida com dignidade e humildade, tendo feito carreira como funcionário das limpezas ao serviço da Câmara Municipal de Arcos de Valdevez, onde deixou o exemplo de um trabalhador sério, cumpridor e prestável.

Ficará também na memória de todos o seu amor pelas motas, que tanto lhe davam prazer — tendo promovido vários passeios anuais e criado muitas amizades através desta paixão.

Recordamo-lo, igualmente, como pai da nossa estimada colega de bancada e atual Presidente da Junta de Freguesia de Rio Frio, Andreia Pinto, a quem dirigimos o nosso abraço solidário nesta hora de saudade.

Por tudo isto, pelo seu percurso de vida, pelo seu caráter e pela marca positiva que deixou na comunidade venho propor, em nome do Grupo Municipal do Partido Socialista, que esta Assembleia aprove o presente voto de pesar, que venha a ser dado conhecimento do mesmo à família, e que, emanados num sentimento de profundo pesar, seja cumprido um minuto de silêncio em sua memória.

24 de Abril de 2025

Grupo Municipal do Partido Socialista

Jorge Barros



Assembleia Municipal de Arcos de Valdevez de 24 de abril de 2025
Voto de pesar

Faleceu, no passado dia 24 de março, o Sr. Serafim Lúcio Pinto Dantas, com 62 anos de idade. Natural da freguesia de Rio Frio, o Sr. Serafim era casado com Maria Venusina de Caldas Araújo Dantas e pai de Albina Maria Caldas Pinto Dantas, de Mariana Caldas Pinto, de Afonso Daniel Caldas Pinto e de Andreia Caldas Pinto, que é a nossa colega Presidente da Junta de Freguesia de Rio Frio.

Era um exímio funcionário da Câmara Municipal, tendo iniciado funções como cantoneiro de limpeza de segunda classe, em 1981. Transitou, em 1986, para cantoneiro de limpeza de primeira classe. Em 2002 passou para a carreira e categoria de Assistente Operacional, como motorista de pesados no setor da recolha do lixo.

O seu irmão, Alberto da Purificação Pinto Dantas, é também funcionário da Câmara Municipal, assim como havia sido o seu pai, pertencendo, portanto, a uma família dedicada ao serviço público e onde sempre impera o profissionalismo.

Por tudo isto, vimos propor a este órgão que aprove o presente voto de pesar, que venha a ser dado conhecimento à distinta família e que seja cumprido um minuto de silêncio em sua sua memória.

Arcos de Valdevez, 24 de abril de 2025

O Presidente da Junta da União de Freguesias de Távora Sta Maria e S.
Vicente
António Maria Sousa





Assembleia Municipal de Arcos de Valdevez – 24 de Abril de 2025

Moção - 25 de abril SEMPRE!!!

Aproxima-se mais um aniversário do **25 de Abril de 1974** e hoje, **24 de abril**, é um dia especialmente simbólico. É o dia que representa tudo aquilo que o nosso país foi forçado a suportar antes da liberdade. Um dia que nos recorda que, antes da Revolução dos Cravos, houve décadas de escuridão, de censura, de medo e de pobreza imposta.

Durante 48 anos, Portugal viveu sob uma ditadura que negou liberdades fundamentais. Os portugueses não podiam escolher livremente os seus representantes, não podiam manifestar-se, não podiam escrever o que pensavam. Havia censura nos jornais, havia prisões políticas, havia a guerra colonial que ceifou a juventude a milhares de homens e marcou irreversivelmente várias gerações.

As populações rurais, como as nossas em Arcos de Valdevez, viviam muitas vezes privadas do básico: cuidados de saúde, escolas e oportunidades. O atraso estrutural que se instalou nas regiões do interior foi alimentado por um regime que preferia manter o povo ignorante e obediente.

Antes do 25 de Abril, **as mulheres em Portugal viviam numa sociedade profundamente patriarcal**, onde o Estado Novo impunha uma visão conservadora e repressiva do seu papel na sociedade. Eram vistas, antes de mais, como **mães, esposas e cuidadoras**, e raramente como cidadãos plenas de direitos.

O 25 de Abril devolveu-nos aquilo que é mais precioso: **a liberdade**. Liberdade de expressão, de pensamento, de organização. Trouxe-nos também a democracia, o acesso universal à educação, a saúde pública, o Serviço Nacional de Saúde, os salários mínimos, os direitos laborais, a proteção social, mas igualmente um enorme sentido de responsabilidade de os saber preservar e valorizar.

Antes da Revolução dos Cravos, as autarquias eram estruturas controladas pelo regime, sem qualquer expressão democrática. Os presidentes das câmaras eram nomeados, e os municípios eram instrumentos do Estado central, sem autonomia, sem voz, sem liberdade para responder às reais necessidades das populações. Foi com o 25 de Abril que se abriu o caminho para a descentralização, a autonomia municipal e a participação cívica efetiva, com a realização de eleições efetivamente livres e democráticas.

Com o 25 de Abril, Portugal pode finalmente abrir-se ao mundo, integrar-se na Europa, investir no desenvolvimento, modernizar infraestruturas, criar políticas públicas que beneficiam todos e não apenas uma elite privilegiada.





Manifestamos a nossa tristeza perante a ausência da realização de uma sessão solene desta Assembleia Municipal de forma a comemorarmos dignamente este marco da nossa história, destacando, no entanto, no programa das comemorações, a inauguração da Rua Salgueiro Maia, justa homenagem a um dos mais nobres símbolos do 25 de abril, aprovada por esta Assembleia Municipal por unanimidade por proposta do Partido Socialista.

Mas hoje, neste 24 de abril de 2025, temos de estar vigilantes. Porque os valores de Abril **não são garantidos eternamente**. A ascensão de discursos de ódio, de populismos e de projetos de extrema-direita ameaça corroer as bases da nossa democracia.

Aqueles que desprezam o 25 de Abril, que relativizam a ditadura, que atacam as liberdades individuais e os direitos das minorias, **não são alternativa, são uma ameaça**. E é nosso dever, enquanto eleitos locais, enquanto cidadãos livres, dizer claramente que **não há lugar para o retrocesso neste país**.

25 de Abril Sempre Fascismo nunca mais

Viva o 25 de Abril

Viva Arcos de Valdevez

Viva Portugal

Arcos de Valdevez, 25 de abril de 2024

Grupo Municipal do Partido Socialista de Arcos de Valdevez



**GRUPO MUNICIPAL DO PSD
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ARCOS DE VALDEVEZ
51 ANOS DO 25 DE ABRIL**



Exm^o Senhor Presidente da Assembleia Municipal Arcos de Valdevez e na sua pessoa toda a mesa

Exm^o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Arcos de Valdevez

Exm^{os} Senhores Vereadores

Exm^{os} colegas membros da Assembleia Municipal

Exm^{os} Srs. Presidentes das Juntas de Freguesias

Comunicação Social

Restantes autarcas

Minhas senhoras e meus senhores, a todos os meus cumprimentos.

Celebraremos amanhã 51 anos do 25 de Abril.

No ano em que celebramos mais um aniversário da Revolução de 25 de Abril de 1974,

Fazer um discurso em homenagem à Revolução dos Cravos e, por conseguinte, em defesa da democracia, não pode ser, tantos anos depois, um mero repositório de afirmações mil vezes repetidas.

Uma coisa, é a importância e a gratidão que todos devemos a quem nos proporcionou a liberdade há quase meio século atrás.

Coisa diferente, é honrar esse ato histórico que nos libertou da ditadura, com uma análise séria e corajosa da situação em que se encontra, hoje, o regime que nessa data se fundou, e nesse sentido Grupo Municipal do PSD de Arcos de Valdevez presta homenagem aos homens e mulheres que, com coragem e determinação, devolveram a liberdade ao povo português, pondo fim a décadas de ditadura, censura e repressão.

O 25 de Abril é e será sempre para todos os portugueses, um marco permanente na história de Portugal. Foi o início da construção de uma democracia livre e pluralista, em diversos contextos políticos, económicos, culturais e sociais.

Mas também por isso, se impõe que a evocação do 25 de Abril seja um momento de autocritica sério e realista do trajeto que temos seguido. Porque ficar pelo simples elogio do passado, é objetivamente renunciar ao futuro.

**GRUPO MUNICIPAL DO PSD
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ARCOS DE VALDEVEZ
51 ANOS DO 25 DE ABRIL**



Se para alguns de vocês a Revolução dos Cravos é uma memória bem presente e intensamente vivida, a verdade é que para a maioria dos portugueses ela já é apenas mais uma data histórica ocorrida antes do seu nascimento.

O PSD, partido que nasceu e cresceu em democracia, honra o legado de Abril através da sua ação política: defendendo o poder local democrático, promovendo a coesão social e territorial, incentivando a participação cívica, e lutando por um país mais justo, solidário, próspero e sustentável.

Em Arcos de Valdevez, o espírito de Abril vive-se no trabalho diário dos autarcas, das associações, das escolas, das empresas e de todos os cidadãos que, com sentido de responsabilidade e compromisso, contribuem para o desenvolvimento do concelho e para a melhoria da qualidade de vida de quem cá vive e nos visita.

O Grupo Municipal do PSD com a celebração dos 51 anos do 25 de Abril reafirma o compromisso com os valores da liberdade, da responsabilidade, da tolerância e da democracia.

Que o 25 de Abril continue a ser uma inspiração para as gerações atuais e futuras e um símbolo da vontade coletiva de construir um País e o nosso concelho em Particular melhor....

E Termina....

Em meu nome Pessoal e posso dizer que em nome do Grupo que represento o PSD, gostaria de terminar com uma Frase de uma Jovem com muito Valor que poucos conhecem, mas irão conhecer ao longo do tempo, de seu nome Ana Gabriela Cabilhas....

“A solução está entre nós, em cada um de nós, recusando que os extremistas dividam a sociedade em dois: os políticos e o povo.

Não!

Os políticos estão ao serviço do povo, são eles o povo.

Aqui, não há nós e eles, somos todos Portugueses e aqui em concreto ARCUENSES....

Viva a Liberdade ...

Viva Arcos de Valdevez...

Viva Portugal....

ARCOS DE VALDEVEZ, 24 DE ABRIL DE 2025

Assembleia Municipal Arcos de Valdevez

Sessão ordinária de 24 de Abril de 2025

Senhor Presidente da Assembleia Municipal, e restante mesa,

Sr. Presidente da Câmara Municipal e respetiva Vereação,

Srs. Deputados Municipais e Presidentes de Junta de Freguesia,

Minhas Senhoras e meus Senhores,

“Verão de 1972: as férias da liberdade. História dos filhos de presos políticos numa colónia nas Caldas da Rainha

Entre julho e agosto de 1972, realizou-se nas Caldas da Rainha uma inédita colónia de férias para os filhos de presos políticos. Durante duas semanas, 18 crianças entre os 3 e os 14 anos, brutalmente marcadas pela prisão dos pais e com um passado de clandestinidade, sofrimento e solidão, aprenderam, pela primeira vez, a brincar e a ser livres. Foi aos 9 anos, no primeiro dia da colónia de férias que havia de lhe salvar a vida, que Manuela percebeu finalmente que “não era uma aberração”. Só aí compreendeu que não estava sozinha, que havia outros como ela. Crianças escondidas que viviam com medo, marcadas pela brutalidade da prisão dos pais, arrancadas dos seus braços e forçadas a crescer com o vazio. Até àquele domingo, 23 de julho de 1972, Manuela nunca tinha brincado com outras crianças.

Quando nasceu, os pais viviam na clandestinidade. Francisco Canais Rocha e Rosalina Labaredas, os nomes verdadeiros que a filha só havia de conhecer muitos anos depois, eram funcionários do PCP e começaram a namorar em Moscovo, para onde tinham fugido para escapar à vaga de prisões que se seguiu à campanha de Humberto Delgado. Ao perceber que estava à espera de bebé, o casal decidiu voltar a Portugal, mas o regresso obrigava-os a uma vida na sombra. Tirando o núcleo duro do partido, ninguém podia saber da sua existência. Era o pai, a mãe e, mais tarde, a bebé, irmã mais nova de Manuela, não havia nomes naquela casa.

Depois da prisão dos pais, e já na colónia, Manuela “ficava a imaginar o meu pai a sair da cela no forte de Peniche e a vir até nós pelo areal, juntamente com os outros presos. Imaginava-os a sentarem-se ao nosso lado e a cantarem connosco.”

Apesar das imensas dificuldades do seu início de vida, a Manuela formou-se, é professora de Geografia, porque, segundo a própria foi a forma que encontrou de arrumar o país da sua infância e poder ensinar aos seus alunos sobre o Portugal Democrático.”

Comemorar a Revolução de Abril, esse acontecimento maior da nossa história contemporânea e um dos mais altos momentos da nossa secular vida coletiva, também passa por recordar o país antes do 25 de abril.

Sobretudo num tempo como o que vivemos, turvo e manipulado pela multiplicidade de verdades, desprovido de memória e em que a história se reescreve a cada dia.

Um tempo em que são crescentes os perigos de degradação da democracia pela ação das forças da extrema-direita que estão à espreita por toda a parte. Mas a perda da liberdade acontece também pela inação daqueles que não negando a democracia em palavras, se mantêm silenciosos perante as desigualdades, ou tomam partido e optam por uma política ao serviço do capitalismo selvagem, dos interesses dos grandes grupos económicos e de uma minoria a quem a paz social não serve, recorrendo a falsas moralidades, à ficção da segurança e à ilusão de crescimento económico que não chega a todos, em prejuízo das melhores condições de vida dos trabalhadores e do povo.

Num ano tão importante e determinante como este, em termos eleitorais, com as consequências que daí irão resultar, a nossa saudação vai para aqueles que ainda hoje, inspirados nos ideais de Abril, resistem e continuam o combate por uma vida melhor e se empenham e trabalham para que Abril se cumpra nos seus desígnios emancipadores e libertadores, aproveitando a todos, sem exceção.

É esse o grande desafio que temos em mãos e por isso este ainda é um tempo de luta.

Luta nas empresas e locais de trabalho, pelo aumento dos salários e dos direitos laborais.

Luta pelo aumento das pensões.

Luta pelo direito à saúde, à educação, à habitação, pelo direito das crianças, dos homens e das mulheres, dos idosos, dos imigrantes, da comunidade

~~LEBTO~~+, dos defraudados do sistema contra a desumanidade numa lógica onde apenas interessa a eficiência e o lucro, e que resulta sempre na proteção dos privilégios.

Mais do que a empatia e solidariedade dos privilegiados, quem está em sofrimento deseja a melhoria da sua vida, o reconhecimento e garantia dos seus direitos. Não é a empatia que vai garantir saúde, educação, segurança social, cultura, emprego, habitação e cidadania plena a todos, mas a luta por novas formas, igualitárias e solidárias, de viver em comum.

Aqui estamos, prontos a lutar nas mais diversas frentes para travar o curso de um processo que o actual governo da demitida Coligação AD e agora em gestão não só continuou, como se preparava para levar mais longe a sua ofensiva contra os valores que defendemos.

As batalhas políticas e eleitorais que temos pela frente constituem um momento e uma oportunidade para abrir caminho a um futuro melhor e dar passos na afirmação e construção de uma outra alternativa à política de direita, capaz de defender e cumprir Abril.

Comemoramos Abril pelo que Abril significou e significa no presente, mas também pelo que significará como projeto para o futuro de Portugal.

25 de abril SEMPRE!

A Eleita da CDU



Assembleia Municipal de Arcos de Valdevez – 24 de abril de 2025
PAOD - Cuidadores Informais

Os cuidadores informais, aqueles a quem a sociedade teima em apelidar de informais sejam eles principais ou não principais, emancipam-se como peças essenciais de um cuidado que pesa e que desgasta fisicamente e fragiliza emocionalmente.

São reconhecidos por um Estatuto que, apesar de constituir um importante avanço social, continua a ser insuficiente para travar o perpetuar de algumas injustiças. Apesar de insubstituíveis, muitos continuam ainda, lamentavelmente invisíveis.

Ainda que presentes formalmente em alguns dos projetos e documentos de análise e capacitação social do nosso Município desde 2017 é difícil obter uma efetiva caracterização desta realidade e população no nosso território. Quantos são? Quais os impactos do trabalho de cuidado e não remunerado na igualdade de género, nas estruturas familiares e na sustentabilidade social e económica locais? Que redes de apoio social são realmente materializadas? Que resultados têm sido obtidos com as medidas implementadas pelo município? Qual o apoio social percebido pelos nossos cuidadores informais sejam eles principais ou não principais?

Não obstante, reconhecermos que esta é uma temática recorrente, nos últimos anos, nos planos de discussão e análise social do Concelho, não encontramos indicadores e produtos de um conhecimento profundo e sustentado desta realidade no nosso território.

Assim sendo, o Grupo do Partido Socialista, tendo em conta esta lacuna de conhecimento sustentado sobre a realidade dos cuidadores informais em Arcos de Valdevez e o contínuo crescimento de população idosa e dependente no nosso território, vem propor um conjunto de medidas que consideramos cruciais para uma efetiva valorização desta população no concelho. Neste seguimento, propõe-se à Assembleia Municipal de Arcos de Valdevez, reunida a 24 de abril de 2025, que delibere:

- A realização de uma avaliação e retrato exaustivos e contínuos dos cuidadores informais, para que as respostas sejam o mais corretas e direcionadas possíveis, fazendo assim face a todas as necessidades que as famílias apresentem;
- Continuar a apostar sistematicamente na capacitação dos cuidadores informais, fornecendo-lhes estratégias e ferramentas com o objetivo de melhorar a qualidade de vida dos cuidadores, bem como das pessoas cuidadas;
- Criação de um Gabinete Municipal de Apoio ao Cuidador Informal que possa monitorizar e apoiar, numa lógica de maior proximidade todas as necessidades e especificidades desta população;
- promover o descanso do cuidador, através da substituição do cuidador informal no domicílio, ou a possibilidade de institucionalização, por um curto período de tempo do dependente, que permita ao cuidador descansar e investir no seu autocuidado;





- Disponibilização de apoio psicológico e a criação de grupos de autoajuda para o cuidador informal;
- criação do cartão de cuidador informal, que poderá permitir ao mesmo ter benefícios ajustados às necessidades da nossa população em específico.

Arcos de Valdevez, 24 de abril de 2025

Grupo Municipal do Partido Socialista de Arcos de Valdevez,



AM

VOTO DE LOUVOR



António José Táboas Lages Amorim

**Distinguido com a Medalha de Ouro de Serviços Distintos do
Ministério da Saúde**

O Grupo Municipal do PSD propõe um voto de louvor ao arcuense Dr. António José Táboas Lages Amorim pelo seu empenho, competência e dedicação ao fortalecimento do sistema de saúde em Portugal, sempre com foco na melhoria contínua e na resposta às necessidades das populações. Um percurso profissional notável, reconhecido e distinguido nas comemorações do Dia Mundial da Saúde, com a Medalha de Ouro de Serviços Distintos do Ministério da Saúde.

Dr. António Táboas, com raízes familiares em Gondoriz e Soajo, é licenciado pela Faculdade de Medicina da Universidade do Porto e especialista e consultor em Medicina Interna.

Assinalamos também o seu percurso profissional exemplar, de dedicação ao Instituto Nacional de Emergência Médica (INEM) e à Emergência Médica pré-hospitalar. Em 2008 ingressou no INEM, exercendo diversas funções ao longo dos últimos 17 anos. Desde fevereiro de 2024 e até à presente data, António Táboas, de 49 anos, é responsável pela Delegação Regional do Norte do INEM, função que já tinha assumido de 2014 a 2017 e em 2021.

Neste sentido, solicitamos a aprovação deste voto de louvor e que dele se dê conhecimento ao Dr. António Táboas agradecendo o seu empenho e dedicação à população, ao serviço público e à melhoria do sistema de saúde em Portugal.

Arcos de Valdevez, 24 de abril de 2025

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ARCOS DE VALDEVEZ DE 24 de abril de 2025

PAOD



Sr. Presidente da Mesa, Sr.s Secretários

Sr. Presidente da Câmara, Sr.s Vereadores

Sr.as deputadas, Sr.s deputados, arcuenses e outros presentes

Ex.^{mos} senhores:

Começo por dar as boas vindas ao Sr. Olegário Gomes Gonçalves agora nas funções de presidente em exercício do município de Arcos de Valdevez e ao Dr. João Manuel do Amaral Esteves que termina as funções como presidente da autarquia, desejar boa sorte pelas novas funções políticas que se avizinham.

Amanhã celebra-se o 51º aniversário da revolução de abril. Para Portugal e para os portugueses todos estes anos de convivência democrática têm sido fatores de desenvolvimento, apesar de alguns movimentos extremistas que têm atuado fora das normas do que seria uma boa e sã convivência democrática. Contudo somos também consequência do que se passa por esse mundo fora, e a eleição do atual presidente dos EUA, tem sido um fator de desestabilização, para o chamado mundo ocidental, pela desvinculação dos acordos e tratados estabelecidos no pós 2ª guerra mundial e que até agora determinaram a Ordem Mundial e uma paz duradoura na Europa.

A Europa tem de demonstrar uma grande coesão, agora que está posto em causa, a aliança com a principal potência mundial que são os EUA, e terá de acelerar a aplicação de medidas de modo a garantir a segurança das fronteiras, do livre comércio e da obtenção de matérias-primas necessárias para a indústria europeia moderna.

Entre nós e pensando no território no qual estamos inseridos é importante que façamos uma reflexão profunda no que se refere ao próximo ato eleitoral que irá ocorrer a 18 de maio. Num espaço de três anos são três atos eleitorais para as legislativas e os partidos têm de ter um papel responsável, para permitir que quem ganha, possa governar nos quadriénio seguinte.

Temos assistido a tentativas de descaracterizar o concelho, e a passagem da linha de muito alta tensão é um aspeto para o qual temos de nos desdobrar em esforços para que tal não aconteça. Apesar das providencias cautelares em tribunais para que a obra não avance, interposto pelas autarquias, assistimos impotentes à construção das torres no concelho de Arcos de Valdevez, e já se nota o impacto negativo na paisagem, e nitidamente é a política do facto consumado, contra a vontade das populações. A paisagem e a biodiversidade estão postas em causa, assim como a presença do homem, de animais e plantas que são autóctones desta região, pelas implicações nocivas no ambiente e no bem estar das populações. Sr. Presidente: como está o processo da providencia cautelar e como é que se continua a implantar os postes, quando o tribunal deu razão às autarquias?

Há que ter um olhar muito especial para o rio lima e seus afluentes. A riqueza piscícola destes rios tem vindo progressivamente a desaparecer sem que se tomem medidas para evitá-lo. O rio lima já foi povoado pelo sável e salmão e com a lampreia temos assistido paulatinamente ao seu desaparecimento sem que para tal se tomem medidas para evitar a extinção desta espécie nos nossos rios. Neste particular, teria

de haver uma ação concertada entre todos os municípios do Vale do Lima, para remover as redes de pesca, que desde a foz constituem barreiras intransponíveis, impedindo a passagem para montante, e impossibilitando a chegada aos locais de desova. O sistema que sempre existiu de pesqueiras, permitiu uma captura controlada, e a chegada aos lugares mais a montante quer do rio lima quer do rio vez, garantindo a existência da espécie.

Temos conhecimento de que a ADAM está a aplicar tarifas como consumo não-doméstico (valores para o dobro) das habitações que estão como Alojamento Local e como agro-turismo. Ora acontece, em nosso entender, que não há qualquer suporte legal para tal decisão, que acaba por ser penalizar os Arcuenses e para quem investiu nestas áreas. Pergunta-se ao Sr. Presidente, o que nos tem a dizer sobre isto, uma vez que a câmara municipal dos Arcos de Valdevez é associada da empresa? E que medidas vão tomar para que seja reposta a legalidade?? É uma decisão unilateral sem fundamento, sobre a qual terá de haver um esclarecimento fundamentado. O agro-turismo foi uma medida que o Estado encontrou para minimizar o déficit que a agricultura origina nas propriedades dos territórios mais carenciados de baixa densidade e seria um complemento para a atividade agrícola compensando o prejuízo que a mesma origina. A aplicação desta tarifa não só é ilegal como injusta e fortemente penalizadora para os habitantes dos Arcos de Valdevez. É a tal coesão que tanto se fala e que na prática acaba por ser uma exclusão e não permitindo competir em igualdade de circunstâncias com outros.

Amanhã, dia 25 de abril teremos a comemoração de mais um aniversário da revolução de 1974. O país já não é o mesmo, evoluiu em muitos aspetos, quer do ponto de vista social, económico, de infraestruturas, como a eletrificação do concelho, o abastecimento de água o saneamento, entre outros, mas assistimos hoje a movimentos radicais da sociedade que não respeitam os valores e os princípios que são a base do relacionamento na civilização europeia.

Temos de questionar o que é que levou a chegarmos a um ponto de uma sociedade descontente e que se manifesta de uma forma ruidosa e que inquina as relações entre os cidadãos. Todos somos responsáveis por esta situação. Contudo queria referir o facto de os partidos que mais tem partilhado o poder, estarem alheados das dificuldades que assolam a nossa sociedade, o clientelismo é uma prática que vai sendo habitual, com círculos á volta do poder muito restritos, e com isto vai-se perdendo massa crítica, e consequentemente uma sociedade cada vez menos inclusiva, pelo afastamento de pessoas válidas que deixam de poder dar o seu contributo à sociedade.

O 25 de abril chega? Não!

25 de abril sempre.

Arcos de Valdevez 24 abril 2025

O grupo municipal do CDS/PP



Assembleia Municipal de Arcos de Valdevez – 24 de abril de 2025
PAOD - Empreitada do Campo do Trasladário

Vimos mais uma vez expressar a nossa profunda preocupação relativamente ao projeto de requalificação urbana do Campo do Trasladário.

Embora reconheçamos o valor paisagístico deste espaço, questionamos frontalmente a oportunidade e a prioridade deste investimento no atual contexto do nosso concelho.

O executivo apresenta-nos mais uma intervenção cosmética no centro urbano, falando de "renovação arquitetónica" e "unidade formal", quando nas nossas freguesias persistem carências básicas que continuam por resolver.

Esta é apenas mais uma evidência de um padrão que se tem vindo a agravar: a concentração sistemática de investimentos no centro da vila, em detrimento das freguesias que compõem a maioria do nosso território.

Permitam-nos sermos claros: quanto mais investirmos, desproporcionalmente, no centro urbano da vila, mais estaremos a acelerar a desertificação das nossas freguesias!

Esta é uma verdade inconveniente que devemos enfrentar.

Quando centralizamos todos os serviços essenciais, saúde, educação, cultura, desporto e habitação, estamos a transmitir uma mensagem inequívoca aos nossos concidadãos: "Para terem qualidade de vida, abandonem as freguesias e venham para o centro".

É este o modelo de desenvolvimento territorial que defendemos para Arcos de Valdevez?

Caríssimos, afinal o que é que estamos a semear com esta política de desenvolvimento desequilibrado?

A resposta é clara. Estamos a colher o progressivo esvaziamento das nossas freguesias, o envelhecimento da sua população e o abandono do nosso território.

Este projeto de requalificação do Campo do Trasladário é sintomático de uma visão curta, que privilegia a estética sobre a sustentabilidade demográfica e territorial. Não se trata de sermos contra o desenvolvimento do centro urbano, trata-se de defendermos um desenvolvimento harmonioso e equilibrado de todo o concelho.

Por cada euro investido em pavimentos no centro urbano, quantos euros são investidos no desenvolvimento estrutural das freguesias? Esta é a pergunta incómoda que deixamos ao executivo.





Defendemos uma política de coesão territorial que assegure a todas as freguesias as condições básicas que permitam fixar população e atrair novos residentes. Sem esta política, continuaremos a assistir à desertificação das nossas aldeias e ao empobrecimento do nosso património humano e cultural.

Um concelho forte não se faz apenas com um centro urbano embelezado. Faz-se com um território vivo, habitado e dinâmico em toda a sua extensão.

No entanto, nada havendo a fazer relativamente a realização da empreitada que já teve início, cabe nos agora olhar para as enormes dificuldades que a mesma irá causar à vida dos arcuenses, e principalmente para o comércio local que se vê irremediavelmente afetado por uma obra cuja utilidade é deveras discutível.

O PS sempre defendeu uma postura de proatividade no lugar da reatividade a que nos habituou o executivo PSD. Prevenir as adversidades é sempre preferível que reagir perante as mesmas.

Ficam aqui algumas recomendações ao executivo municipal que ao fim de quase 15 dias de obra já deveria ter agido em prol da população e dos comerciantes que se veem afetados:

- Reforço da informação para os condutores – a informação de que não se passa no Campo do Transladário tem que ser reforçada, nos pontos nucleares que permitem retirar o trânsito do Centro da Vila. A parca e pouco precisa informação que se encontra colocada leva as pessoas a confluírem na Rua Soares Pereira, seja quem entra pelo Largo da Lapa, seja quem passe pela Valeta, seja quem vem de Monção pela N101;

- Solicitar um reforço de sensibilização por parte da GNR para evitar o estacionamento em dupla fila na Rua Soares Pereira e Na Rua Dr. Félix Alves Pereira – estas duas artérias são agora a alternativa mais utilizada por quem vem ao engano, para atravessar a Vila em substituição da N101.

Se não se tomarem medidas para diminuir o estacionamento em dupla fila será de todo impossível atravessar a Vila de Arcos de Valdevez. Quem passa pela Vila nestas circunstâncias não fica com uma boa imagem e não quer com toda a certeza regressar. Quem vive não consegue se deslocar. É o caos.

- Supressão temporária de alguma sinalização de trânsito que obriga por exemplo quem vem da Valeta pela Rua do Lira e quer ir para sul, em direção ao Centro de Saúde, a ter que ir à rotunda da família já de si congestionada. Todas as artérias estão a confluir para o mesmo local, o que inferniza a vida a toda a gente.

- com este aumento de fluxo de transito na Rua Dr. Félix Alves Pereira, o risco de ocorrência de acidentes rodoviário na interseção com a Rua Padre Manuel Himalaia aumentou significativamente pelo que urge tomar também aí medidas preventivas.





Há, na verdade, que repensar estas situações que deveriam ter sido previstas antecipadamente.

A fiscalização da obra tem de exigir o cumprimento rigoroso do cronograma da mesma. Esta obra neutraliza totalmente o normal circular da Vila de Arcos de Valdevez enviando o trânsito de uma estrada nacional para o centro da Vila.

A empresa que ganhou a obra tem forçosamente de cumprir com os prazos estipulados, cabendo aos serviços municipais a fiscalização desse cronograma.

Sabemos bem que todas as obras causam perturbações nas vidas das pessoas. Esperemos que o executivo municipal acolha estas nossas recomendações no sentido de diminuir essas perturbações. Pela nossa parte, pela parte do PS, apesar de sermos oposição à gestão política, nunca deixaremos de deixar os alertas e propor as soluções. E fazemo-lo porque Arcos de Valdevez é o nosso partido!

Arcos de Valdevez, 24 de abril de 2025

Grupo Municipal do Partido Socialista de Arcos de Valdevez,



A24-1

GRUPO MUNICIPAL DO PSD
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ARCOS DE VALDEVEZ
MOVIMENTO ASSOCIATIVO



[Handwritten signature]

O Grupo Municipal do PSD vem, pelo presente, congratular o trabalho e a dedicação do Movimento Associativo Concelhio bem como o da Diáspora, em prol do desenvolvimento e dinamismo social, cultural, desportivo e económico de Arcos de Valdevez.

Felicitamos a Folia, as Escolas, as Associações, as Instituições e os arcuenses pelo envolvimento e participação em mais um grande “Carnaval em Arcos de Valdevez” ao nível da organização, mobilização e atração de milhares de pessoas ao concelho.

Na modalidade de motas todo o terreno congratulamos o Moto Clube de Arcos de Valdevez por mais um grande sucesso do evento Arcos TT. Conhecido pelo terramoto de Arcos de Valdevez, continua a bater recordes de participantes ao longo dos anos e este ano não foi exceção.

Na modalidade atletismo ressalvamos a atleta Celina Peneda da Academia Desportiva de Arcos de Valdevez, convocada para representar a Seleção Nacional, no Torneio Ibérico de Provas Combinadas de Pista Curta. Uma referência à atleta Célia Dantas pela conquista da medalha de bronze no lançamento do dardo, no Campeonato Nacional de Lançamentos Longos sub 18.

Felicitamos também a arcuense Joana Gomes pela conquista dos títulos de campeã nacional nos 1500m e 800m femininos no Campeonato Nacional Master de Atletismo de Pista Coberta.

Na modalidade de ciclismo felicitamos a Associação Cultural e Recreativa Amadora Prozelense (ACRAP), que em parceria com a Associação de Ciclismo do Minho e a Federação Portuguesa de Ciclismo, organizaram a terceira etapa da Taça de Portugal de Downhill, em Prozelo.

Na modalidade de futsal destacamos a Associação Recreativa e Cultural de Arcos São Paio (ARCAS) pela participação no Torneio Internacional da Seleção United de Artigues em Bordéus.

Na modalidade de golf felicitamos o Arcuense Daniel da Costa Rodrigues que se estriou a vencer como profissional no PT Tour do NAU Morgado Open em Portimão.

Endereçamos também felicitações à Associação Cultural do Povo de Távora (ACPT) que voltou a celebrar o dia da mulher com um almoço promovido pelos Homens e dedicado às Mulheres.

Na modalidade arte e dança felicitamos a Associação Arte_Dança – DANCEFUEL pela participação no concurso All Dance Portugal 2025 e pelo alcance de três primeiros lugares, seis segundos lugares, três terceiros lugares e várias classificações dentro do top 10.

A14-2

**GRUPO MUNICIPAL DO PSD
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ARCOS DE VALDEVEZ
MOVIMENTO ASSOCIATIVO**



Felicitamos também o Studio 601 – IC Dance Studio pela estreia neste concurso e pelo alcance de um terceiro lugar e um quarto lugar nas duas coreografias apresentadas.

Referenciamos, também, a excelente prestação dos alunos da Escola de Música da Sociedade Musical Arcuense na audição da Páscoa relativa ao ano letivo 2024/2025.

Ao nível das associações da Diáspora, felicitamos os arcuenses Alexandre da Silva e Maria das Dores Pedreira Cerqueira, que em colaboração com a Associação Cultural do Minho de Toronto, promoveram no Canadá o evento “Encontro de Arcuenses”, que juntou cerca de oitocentos participantes e uma angariação de 40 mil dólares destinada aos Bombeiros de Arcos de Valdevez. Felicitamos também a Casa dos Arcos em Bordéus pelo 17.º aniversário. Felicitamos ainda, a Associação Recreativa e Cultural dos Originários de Portugal em Nanterre que voltou a realizar mais uma edição da Festa, Feira e Romaria de Nanterre, levando até França os nossos empresários, produtores e produtos locais.

Arcos de Valdevez, 24 de abril de 2025



Assembleia Municipal de Arcos de Valdevez – 24 de abril de 2025
PAOD - Uso indevido das redes sociais institucionais para fins de propaganda eleitoral

Venho alertar a minha profunda preocupação perante práticas que, em nosso ver, colocam em causa os princípios fundamentais da democracia local e da legalidade eleitoral em Portugal.

Refiro-me concretamente à utilização das redes sociais institucionais da Câmara Municipal para a promoção política e eleitoral do atual executivo.

Este tipo de prática, infelizmente cada vez mais frequente em períodos pré-eleitorais, representa uma violação clara do dever de neutralidade e imparcialidade a que os órgãos autárquicos estão legalmente vinculados, conforme estabelece a Lei Eleitoral dos Órgãos das Autarquias Locais (LEOAL), no seu artigo 41.º.

"Os órgãos das autarquias locais devem manter-se em posição de absoluta neutralidade e imparcialidade perante as candidaturas concorrentes às eleições."

Ora, quando páginas oficiais da autarquia possam ser utilizadas para esses fins — financiadas com dinheiros públicos, com alcance junto de todos os munícipes, independentemente da sua orientação política — para enaltecer realizações do executivo estamos a assistir a uma instrumentalização inaceitável da comunicação institucional.

Não se trata apenas de uma infração ética. Trata-se de uma infração legal — e, em certos casos, até de uma infração financeira, na medida em que se estão a utilizar recursos públicos para fins privados e partidários.

Mas mais do que as consequências legais, o que aqui está em causa é a credibilidade das instituições locais e a confiança da população no processo democrático. A transparência e a equidade eleitoral não são meros formalismos — são pilares do Estado de Direito.

Assim, apelamos a que o executivo cesse de imediato qualquer utilização das plataformas institucionais com fins de autopromoção política;

Arcos de Valdevez, 24 de abril de 2025

Grupo Municipal do Partido Socialista de Arcos de Valdevez,

DINA FLORA LIMA DE SOUSA



A16

Assembleia Municipal de 24 de abril de 2025

Voto de louvor



O Presidente da Junta da União de Freguesias de Távora Sta Maria e S.Vicente vem propor um voto de louvor a Joana Patrícia da Rocha Pereira, Engenheira Civil a exercer funções na Câmara Municipal. Iniciou funções como técnica superior de Engenharia Civil no mapa de pessoal em 08/03/2023 na Divisão de Obras Municipais.

É uma excelente profissional na área onde atua, prestando um ótimo serviço ao Município, atendendo sempre os Presidentes da Junta e os munícipes com grande entusiasmo, profissionalismo e atenção e procurando sempre resolver cada situação de forma célere e adequada.

Por tudo isto, o Presidente da Junta da União de Freguesias de Távora Sta Maria e S.Vicente propõe a esta Assembleia que aprove este voto de louvor e que seja dado conhecimento à Engenheira Joana Patrícia da Rocha Pereira e à Câmara Municipal.

Arcos de Valdevez, 24 de abril de 2025

O Presidente da Junta da União de Freguesias de Távora Sta Maria e S.Vicente

António Maria Sousa





Assembleia Municipal de Arcos de Valdevez – 24 de abril de 2025
Ponto 1 - Relatório de Atividades do Executivo

Vimos hoje questionar alguns aspetos relativos à 3ª fase da Zona Desportiva de Arcos de Valdevez.

Constatamos, uma vez mais, a centralização de investimentos no centro urbano, questão recorrente e que tem sido frequentemente alertada pela bancada socialista.

Há um desequilíbrio na distribuição dos recursos municipais. As freguesias do concelho são negligenciadas e, neste caso, também as várias Associações que têm futebol de formação e algumas delas de competição.

Solicitamos explicações no que se refere ao valor atribuído para as terraplanagens: 141.115,20 euros, são valores que nos parecem excessivos e, por isso, impõe-se questionar se não existiriam outras soluções e projetos de implantação da obra que não obrigasse a tanta movimentação de terras de forma a garantir o melhor uso dos recursos públicos.

Se revisitarmos a história dos investimentos uns mais antigos e o mais recente, percebemos que efetivamente, nem sempre os projetados e planeados acabam por ser as melhores opções para o concelho e a sua população.

Exemplo: as Piscinas Municipais, a questão das condições que eram necessárias para serem consideradas para Provas oficiais de Natação, impossibilitava que fosse “colocado” um sistema de ondas. Na verdade, as ondas “funcionaram até funcionar” e atualmente, nem ondas, nem natação de competição.

Podemos mesmo acrescentar, face os sucessivos investimentos feitos no edifício e no exterior, pisos e revestimentos: são erros que deveriam ser objecto de responsabilização. Se tal acontecesse com certeza não se repetiriam.

No que se refere ao mais recente investimento, já deste executivo, os campos de Padel e Ténis, foram várias vezes mencionados aqui mesmo nesta Assembleia, problemas relacionados com a obra, acessos e acabamentos.

À data de hoje há uma questão que assume especial pertinência e relevância:

Qual é hoje a estratégia deste executivo de divulgação e “rentabilização” destes equipamentos desportivos?

Não deveria já existir uma coordenação com a Escola, Associações e Entidades para divulgação destes desportos?





Questionamos igualmente, se esta infraestrutura está planeada para servir como centro de estágio, sendo que existe um em Melgaço, beneficiando diretamente a unidade hoteleira instalada e se sim, porque não foi claramente comunicado aos munícipes?

Por fim, e mais preocupante, não conseguimos identificar qual é a estratégia do executivo para o desenvolvimento desportivo concelhio.

Existem diversas associações desportivas no nosso concelho que merecem atenção. Foram estas associações consultadas ou envolvidas no planeamento desta zona desportiva?

Onde está explanada a estratégia do município para o desporto?

Como se articula este investimento com as necessidades reais das coletividades que promovem o desporto no concelho, frequentemente com recursos limitados?

Como sabe, Sr. Presidente, com o envelhecimento da população do concelho e a cada vez maior variedade de oferta desportiva, parece-nos que este reforço de investimento centralizado nesta área urbana é contraproducente.

Desafiamos o Sr. Presidente a contextualizar este investimento numa estratégia a médio e longo prazo, no qual as Associações que temos no concelho não se sintam ameaçadas de "extinção".

Obviamente que mais infraestruturas nesta área urbana, significa mais investimento à partida, mas também custos de manutenção e pessoal, que devem ser assumidos e como todos sabemos, ou pelo menos deveríamos saber, os recursos públicos não são infindáveis e não o sendo, para alguém vai diminuir ou mesmo acabar.

Arcos de Valdevez, 24 de Abril de 2025

Grupo Municipal do Partido Socialista de Arcos de Valdevez,



A18-1

**GRUPO MUNICIPAL DO PSD
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ARCOS DE VALDEVEZ
DESEMPENHO ECONÓMICO**



O Grupo Municipal do PSD vem, mais uma vez, enaltecer nesta Assembleia o dinamismo económico e turístico de Arcos de Valdevez.

Congratulamo-nos com mais uma distinção do prémio cinco estrelas regiões para Arcos de Valdevez, definido pelo grau de satisfação de 500 mil consumidores, desta vez na categoria de Aldeias e Vilas com a distinção da aldeia de Sistelo.

No desenvolvimento comercial, empresarial e rural de assinalar o sucesso e grande mobilização dos comerciantes, das Juntas de Freguesia, das associações e da comunidade arcuense no tradicional desfile dos Bois da Páscoa, que trouxe milhares de visitantes ao concelho.

A destacar o avanço do projeto para a Quinta Ciência Viva das Plantas e dos Aromas em Monte Redondo com a recente assinatura de um protocolo de colaboração do Município com a Ciência Viva - Agência Nacional para a Cultura Científica e Tecnológica e com o INIAV - Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária.

De assinalar o regresso nos próximos dias 2, 3 e 4 de maio de mais uma edição da Expovez - Feira do Alto Minho, com imagem renovada e integrada nas comemorações da Região Europeia da Gastronomia e Vinho 2025. Este ano com especial atenção ao mundo rural para além das áreas da indústria, comércio e serviços, imagem e bem-estar, artesanato e produtos, restauração e animação.

De referir também a participação do Município, empresários e produtores locais em mais uma edição da BTL - Bolsa de Turismo de Lisboa e na X edição da Festa, Feira e Romaria de Nanterre, que terminou com um momento de confraternização e animação com arcuenses na região de Paris.

Felicitamos o Município e as muitas entidades envolvidas no sucesso de mais uma edição da iniciativa "Viver a Páscoa em Arcos de Valdevez", bem como pelo programa de excelência cultural e lazer que integra a iniciativa "Arcosprimavera" com dezenas de eventos de música, teatro, cinema e gastronomia até meados de junho.

Aproveitamos ainda para felicitar o restaurante e hotel Costa do Vez com mais de 40 anos de atividade pela distinção com o prémio "Plato de Oro" - Prémio Nacional de Gastronomia - consagrado por el Comité Nacional de Radio Turismo y Asicotur de Espanha.

Felicitamos também a Saúde Global XXI distinguida com o "Prémio Cinco Estelas Regiões", na categoria de "Marcas Regionais" e na subclasse "Clínicas Médicas".

**GRUPO MUNICIPAL DO PSD
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ARCOS DE VALDEVEZ
DESEMPENHO ECONÓMICO**



A18-2

No setor industrial destacamos o avanço do projeto para a construção do 5º parque empresarial no Alto da Prova, que prevê a criação de 12 lotes de terreno industrial. Estão atualmente a decorrer as candidaturas aos lotes do parque empresarial de Álvora.

Na parceria autárquica de assinalar a atribuição de apoios às 36 Juntas de Freguesia, nos primeiros 4 meses do ano, no valor global de mais de 1,9 milhões de euros, destinados apoiar a realização de obras de beneficiação da rede viária, de edifícios e espaços de lazer, bem como a recolha de resíduos e a limpeza e conservação da rede viária vicinal e municipal.

Arcos de Valdevez, 24 de abril de 2025

A19-1

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ARCOS DE VALDEVEZ
DE 24 DE ABRIL 2025



Ponto 1 RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO MUNICÍPIO

Exmº Senhor , Presidente da Assembleia Municipal

Exmº senhores secretários da mesa

Exmº Senhor Presidente da Câmara Municipal e senhores vereadores

Senhoras e senhores deputados.

Reunião de 27 fevereiro 2025:

- 1) Na pág. 2 onde refere “Aquisição de serviços projetos especialidades “Construção do Centro Para a Nova Industria do Alto Minho”. Pergunta-se se já existe o projeto de arquitetura, onde vai ser construído e qual a área de ocupação? A quem ficará a gestão deste edifício?

Reunião 28 março 2025:

- 2) Pág . 4 Concepção e Aluguer de Material Publicitário de Grande Formato -Serviço cultural e turismo” com o valor base de 74.118,00 €. Dado que o concurso ficou deserto pergunta-se quantas e quais empresas foram convidadas no anterior e no atual concurso e qual o valor base do anterior concurso.
- 3) Pág.5 Apoiar o Associação do Centro de Incubação de Base Tecnológica no Minho “ em 130.000 €. Pretende-se saber quantas empresas foram beneficiadas por este estrutura?
- 4) Pág. 6 Proposta de Renovação de Contrato em Regime de Avença de Assistência Juridica à firma Manuel Gonçalves Lourde e Cunha Gonçalves Associados” Pergunta-se se houve concurso para apresentação de propostas ou se é um ajuste direto que é renovável? E por quantos anos? Os casos de processos em tribunal são pagos à parte ou estão incluídos na avença?

Reunião 4 de Abril

- 1) Pág. 4 Contrato de urbanização a celebrar com a Sociedade Comercial Lendas e Linhas: pelo que se deduz tratam-se de obras de infraestruturas para um loteamento: a que loteamento se refere e se uma empresa que é comercial, está estruturada para este tipo de trabalhos de engenharia?
- 2) Pág. 8 Aluguer e meios técnicos para o Arcos Fado Fest valor de 50.000,00 €: de que festa se trata e qual o âmbito da festa?

- Na rua que serve o TITANIC, há uma passagem de peões que dá para o estacionamento junto ao rio Vez, que está pavimentada em cubo e que provoca muito ruído nos comércios do edifício nomeadamente uma casa de venda de instrumentos musicais. Chama-se a atenção para a necessidade de mudança para um pavimento em asfalto.

A rua do Campo do Trasladário está em obras; que obras é que vão ser realizadas.

Chama a atenção para um planeamento que faça entre os transeuntes no trânsito.

- Quinto Parque Empresarial Alto Pôrto: Chama a atenção, das ações.

Arcos de Valdevez 24 abril 2025

O grupo Municipal do CDS





Assembleia Municipal de Arcos de Valdevez – 24 de abril de 2025

Ponto 1- Empreitada do Parque de estacionamento do Mercado

O executivo municipal anunciou o lançamento do concurso para realização do Parque de estacionamento do mercado. Obra necessária, disso todos nós estamos de acordo.

Se a solução é a melhor? Temos as nossas dúvidas e se o PS presidisse à câmara, com toda a certeza, não seria esta a solução encontrada.

E também temos outra certeza: o PS não lançaria a obra, uma verdadeira ação de propaganda com dinheiros públicos que são de todos nós, em período de neutralidade e imparcialidade das entidades públicas pois já estavam marcadas as eleições legislativas.

Lançada a obra cabe nos fazer aqui algumas recomendações, de forma a diminuir o impacto visual e ambiental que aquela estrutura manifestamente causará a quem circula naquela via, mas principalmente a quem mora nos prédios confinantes e circundantes:

- A primeira recomendação passa por prever fachadas verdes, com a inclusão de jardins verticais (tipo parede viva) que ajudam na absorção de CO₂, reduzem a temperatura da fachada e integram o edifício ao ambiente natural.

- a segunda passa por integrar no projeto aquilo que usualmente é denominado como telhados verdes, que não são mais que coberturas revestidas com vegetação que promovem a absorção do calor, diminuindo o impacto das estruturas de betão que propagam mais temperatura melhorando o isolamento térmico do edifício ajudando também na gestão das águas pluviais.

Estas duas medidas deveriam ser complementadas com a criação de duas áreas verdes e de um parque infantil, uma vez que irá desaparecer o existente nesse local.

Por outro lado, o uso de materiais naturais ou de baixo impacto na construção deste edifício deve ser equacionado, de forma a tornar a superfície do mesmo mais "orgânica", suavizando assim a perceção do prédio para quem passa ou para quem aí vive.

É fundamental não construir aí um mamarracho. Para isso também se pode diminuir a rigidez das linhas arquitetónicas do edifício usualmente retangular, ajudando assim a diminuir o seu impacto visual.

A escolha dos materiais é fundamental visando maior conforto para os vizinhos e menos impacto estético.

[Handwritten signature]





**Grupo Municipal do Partido Socialista
Assembleia Municipal de Arcos de Valdevez
2021 - 2025**

Aproveitamos a oportunidade para questionar o Sr. Presidente sobre a pertinência dessas medidas e se as mesmas foram tidas em conta em fase de projeto, e se sim, em que medida.

O Partido Socialista percebe a necessidade da obra, que aliás exigiu muitas vezes, mas espera que se tenha o devido cuidado na implementação da mesma e, por isso, formula estas recomendações, julgamos em tempo útil, reafirmando o que é claro para todos: Arcos de Valdevez é o nosso partido.

Arcos de Valdevez, 24 de abril de 2025

Grupo Municipal do Partido Socialista de Arcos de Valdevez,



A21-1

GRUPO MUNICIPAL DO PSD
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ARCOS DE VALDEVEZ
DESEMPENHO SOCIAL



O Grupo Municipal do PSD vem mais uma vez reconhecer e valorizar um conjunto de projetos e iniciativas promovidos no concelho ao nível do desempenho social.

Na coesão e ação social felicitamos a Autarquia pela distinção com a Bandeira de Mérito Social 2025 atribuído pela Associação Nacional de Gerontologia Social.

Felicitamos o Município e todos os envolvidos nas iniciativas de comemoração do “Mês de Março, Mês da Mulher”.

Felicitamos também a CPCJ de Arcos de Valdevez, que voltou a assinalar, com um conjunto de atividades, a importância da prevenção dos Maus-Tratos na Infância no corrente mês Abril em parceria com as escolas, os jardins de infância, a GNR e as Instituições Sociais.

De destacar também a conclusão da ampliação da Creche do Parque Empresarial de Padreiro.

Na saúde e bem-estar assinalamos o início da obra de requalificação e ampliação do centro de saúde, bem como a aprovação da proposta de Regulamento para a criação do Conselho Municipal de Saúde de Arcos de Valdevez.

Na habitação a destacar o início da construção de 26 fogos de habitação social em Guilhadeses, Parada e Souto; da requalificação de 28 fogos de habitação na Quinta da Capela em Vila Fonche; e da construção de 3 fogos habitacionais em antigas escolas primárias nas freguesias de Parada e S. Cosme e S. Damião. Estão ainda previstos executar mais 3 fogos habitacionais em antigas escolas primárias nas freguesias do Couto e Jolda Madalena.

Na educação e conhecimento destacamos o início das obras para a Escola de Ensino Artístico na EB 2,3/S e para a Residência Académica em Guilhadeses destinada aos alunos do IPVC.

Assinalamos também a entrada em funcionamento do 1º Centro Tecnológico Especializado do Alto Minho, na Epralima com a oferta dos cursos de técnico de informática de gestão e técnico de informática de instalação e gestão de redes. Também estão para abrir os dois Centros Tecnológicos Especializados na EB 2,3/S nas áreas da informática e das energias renováveis.

Felicitamos os alunos da EPRALIMA, dos cursos de programação e gestão informática e de redes elétricas pela conquista de três primeiros lugares na RoboParty'2025.

Destacamos o êxito e a excelente programação da primeira edição do Alto Minho Science Fest, nas Oficinas de Criatividade Himalaya - Centro de Ciência Viva dos Arcos, subordinada ao tema O Futuro é Agora I Tendências na Ciência e na Tecnologia pelo dinamismo e mobilização do público escolar, dos arcuenses e visitantes.

No património e cultura destacamos a aquisição municipal do restante edifício adstrito ao antigo Alameda para criação de um novo projeto cultural com a valência de cineteatro e galeria municipal.

**GRUPO MUNICIPAL DO PSD
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ARCOS DE VALDEVEZ
DESEMPENHO SOCIAL**



A21-2
H

A destacar o sucesso de mais uma edição da Semana Concelhia da Leitura, Arte e Ciência, que envolveu o Município, o Agrupamento de Escolas Valdevez, a Epralima e toda a comunidade educativa na comemoração dos 500 anos do nascimento de Luís Vaz de Camões.

Felicitamos o neurologista arcuense Alexandre Castro Caldas pelo lançamento do livro “Inteligência Vital, Estupidez Artificial”.

Felicitamos a Câmara Municipal pela dinâmica criada em torno das férias escolares da Páscoa, de apoio às crianças e famílias, com a dinamização de um conjunto de atividades na Biblioteca Municipal, no Paço de Giela e nas Oficinas de Criatividade Himalaya/Centro Ciência Viva dos Arcos.

Ao nível do desporto e lazer destacamos o avanço da obra na 3ª fase da Zona Desportiva com a realização das terraplanagens bem como a inauguração da ecovia do Rio Lima.

Ao nível do ordenamento do território de assinalar o lançamento do concurso para a construção do Parque de Estacionamento do Mercado e o início da obra de requalificação urbanística no Campo do Trasladário.

Ao nível da rede de infraestruturas básicas e ambiente destacamos o investimento municipal adjudicado e a concurso no valor de 5 milhões de euros para a expansão da rede de saneamento a sudoeste do concelho, bem como o sucesso do projeto piloto “Restos com Valor” iniciado em abril de 2024 e que conta atualmente com cerca de 50 aderentes e a recolha de mais de 150 toneladas de biorresíduos alimentares.

Arcos de Valdevez, 24 de abril de 2025



Assembleia Municipal de Arcos de Valdevez – 24 de abril de 2025

Ponto 1- Vários

Sr. Presidente, gostaria de ver esclarecida as seguintes questões:

- A aposta na frente ribeirinha da Vila, virando a Vila para o Rio tem sido uma constante deste executivo. A Ecovia, o ecoparque, as obras do campo do Trasladário e da operação 360 / mobilidade representam claramente essa aposta. Não se compreende, no entanto, a falta de dignidade que as casas de banho que ficam por baixo da esplanada do CRAV apresentam. Muito menos que sejam fechadas a partir das 15h00 de sábado, período da semana em que supostamente mais pessoas irão procurar este equipamento voltado precisamente para a Ecovia. Há que reforçar as condições de higienização do espaço e de segurança de forma a que o mesmo possa estar aberto em condições dignas e seguras de ser utilizado por quem nos visita ou vive em Arcos de Valdevez;

- Estamos a findar um mandato de 4 anos, em que vamos a caminho da terceira eleição legislativa, e á mistura tivemos um processo de eleições europeias. Para além desses 4 atos eleitorais, cerca de metade dos presidentes de Junta aqui presentes estão no término de um ciclo de 12 anos de governação em que foram vários os processos eleitorais. No entanto, não podemos deixar de salientar que, apesar de ser já um processo mais que rotineiro, as dificuldades em se cumprir procedimentos legais são manifestas. Um dos exemplos claros dessas dificuldades prende-se com a comunicação atempada a todos os representantes dos partidos que concorrem ao círculo eleitoral de Viana do Castelo para comunicar a data, local e hora da realização da reunião de designação dos membros das mesas eleitorais, sendo que à data de hoje ainda há Juntas de Freguesia que não comunicaram devidamente essa informação incumprindo assim n.º1 do art.º 47.º da Lei n.º 14/79, de 16 de maio. Outro exemplo claro dessas dificuldades prende-se com o agendamento de reuniões para horários simultâneos a esta Assembleia Municipal. Perante este cenário, questionamos o Sr. Presidente se não acha pertinente aquilo que o PS defende há muitos anos – a criação de um gabinete de apoio ao autarca de forma a diminuir e/ou evitar essas irregularidades.

Arcos de Valdevez, 24 de abril de 2025

Grupo Municipal do Partido Socialista de Arcos de Valdevez,



Pelo Grupo Municipal do PSD

A Prestação de Contas de 2024 que hoje é submetida à análise e deliberação desta Assembleia não se limita ao cumprimento formal de um dever legal. Este documento reflete, sobretudo, uma visão de futuro, uma gestão responsável e resultados concretos, com impacto direto no território e na vida dos arcuenses.

Confirma ainda o compromisso contínuo do Executivo com uma gestão responsável das contas públicas, o uso eficiente e sustentável dos recursos financeiros e a promoção da coesão social e territorial. Os dados são objetivos e falam por si.

O Município alcançou a maior execução orçamental de sempre, mantendo o equilíbrio e a sustentabilidade económica e financeira.

Com uma taxa de execução da receita de 88%, a receita orçamental ultrapassou os 32,3 milhões de euros. A despesa orçamental, com uma taxa de execução de 87%, ascendeu a 32,1 milhões de euros, tendo o exercício de 2024 encerrado com um saldo para a gerência seguinte de 195 mil euros.

Destaca-se, neste contexto, uma poupança corrente superior a 5,5 milhões de euros, integralmente aplicada na realização de despesa de capital, nomeadamente na amortização de empréstimos bancários e na concretização de investimentos no âmbito das Grandes Opções do Plano (GOP).

O rigor na gestão orçamental também foi evidenciado na redução da dívida em cerca de 462 mil euros face ao anterior. Foi igualmente alcançado o menor prazo médio de pagamentos a fornecedores dos últimos anos – de apenas 11 dias – reforçando a credibilidade institucional do Município. Foram ainda amortizados cerca de 500 mil euros em empréstimos, reduzindo a dívida de capital à banca para os 3,3 milhões de euros.

O princípio do equilíbrio orçamental e todos os limites legais de endividamento foram cumpridos.

O investimento realizado ao nível das Grandes Opções do Plano de Investimentos e Atividades em 2024 teve impacto direto e estruturante em todo o concelho. O investimento total realizado ascendeu a 18,7 milhões de euros, distribuído por áreas prioritárias ao nível do desenvolvimento sustentável de Arcos de Valdevez:

- Mais de 10 milhões de euros em funções sociais – educação, saúde, habitação, ordenamento do território, infraestruturas básicas e ambiente, cultura, desporto e lazer;
- Mais de 4,7 milhões de euros em funções económicas – competitividade e inovação, coesão territorial, desenvolvimento rural, comércio e turismo;
- Mais de 2,2 milhões de euros em colaboração com as Juntas de Freguesia, através de um modelo de descentralização sustentada e operacionalmente eficaz;

- Mais de 1,7 milhões de euros em funções gerais – ao nível da capacidade administrativa e operacional e da segurança e proteção civil.

O Município investiu onde é necessário e onde se traduzem benefícios concretos para a população: modernização de escolas, ensino superior, habitação social, apoio às famílias, infraestruturas desportivas e culturais, apoio à economia local, promoção do turismo e valorização ambiental.

A gestão municipal demonstrou capacidade para planear com rigor, executar com eficiência e preparar o futuro com ambição.

Não se faz política com intenções - faz-se com realizações. Esta Prestação de Contas confirma que há rumo, responsabilidade na governação municipal e compromisso com os cidadãos.

O parecer positivo do Revisor Oficial de Contas é também uma prova inequívoca da seriedade e do profissionalismo com que tem sido conduzida a gestão municipal.

É, por isso, com orgulho no trabalho realizado, com responsabilidade no presente e com confiança e ambição para o futuro, que o Grupo Municipal do PSD vota favoravelmente esta Prestação de Contas.

Muito obrigado.

JORGE AMORIM



Assembleia Municipal de Arcos de Valdevez - 24 de abril de 2025

Ponto 2 - Documentos de prestação de contas do ano de 2024

Em nome da bancada do Partido Socialista, apresento-me hoje perante esta Assembleia para analisarmos o Relatório de Contas do ano de 2024, que o executivo municipal nos apresenta com tão manifesto orgulho.

Permita-me, Senhor Presidente, começar por reconhecer aquilo que é positivo: a execução orçamental de 32,3 milhões de euros, a redução da dívida orçamental em 462 mil euros e o prazo médio de pagamentos a fornecedores de 11 dias. Parecem números de uma gestão autárquica de excelência. São números que, em abstrato, poderiam merecer o nosso aplauso.

No entanto, se formos para além da superfície destes números atraentes e descermos para uma análise crítica do que eles realmente significam para a vida dos arcuenses o aplauso já não será tão merecido.

É que uma gestão autárquica não é definitivamente uma gestão empresarial. Não se mede apenas por números absolutos ou por uma contabilidade assética.

Uma gestão autárquica avalia-se, sobretudo, pela capacidade de transformar os recursos disponíveis em qualidade de vida para os cidadãos, em desenvolvimento sustentável, em coesão territorial e em democracia participativa.

É precisamente aqui que este executivo continua a falhar e a falhar rotundamente.

No que se refere à Saúde e Ação Social, vamos contrapor os números com a realidade que temos.

No documento apresentado, consta que na área da Saúde e Ação social foram investidos cerca de 778 mil euros. Entre as iniciativas destacadas estão a celebração de contratos, a ampliação de infraestruturas e a realização de encontros e convívios.

Que a saúde e a ação social caminham lado a lado, não temos dúvidas. Mas sejamos claros, será este investimento suficiente para responder às reais necessidades da população arcuense? Essa é a dúvida que permanece.

A saúde de um concelho não se avalia apenas pelos montantes investidos, mas, sobretudo, pela acessibilidade aos cuidados, pela qualidade dos serviços prestados e pela disponibilidade dos recursos existentes.

É nesse equilíbrio que se garante o bem-estar da comunidade, especialmente numa região com uma população cada vez mais envelhecida.

Assim persiste uma questão: terão, ao longo deste mandato, os arcuenses beneficiado de forma equitativa dos direitos à saúde e à ação social?

A resposta está à vista: mantém-se o isolamento e as dificuldades de acesso aos cuidados de saúde para todos e só com um fortíssimo empenho do setor social é que o concelho vai cuidando dos seus mais velhos – e são tantos – e dos mais vulneráveis.





Também na saúde, está em consulta pública o Conselho Municipal de Saúde. É um avanço importante, reclamado por nós há anos. No entanto, não existe uma Estratégia Local de Saúde, um documento orientador que faça o diagnóstico concelhio das necessidades e assimetrias no acesso à saúde, problemas prevalentes e que beneficiem de uma estratégia integrada da área e aponte as soluções a desenvolver, quer aquelas que são da alçada da Câmara, quer as para as quais a pressão e influência política junto das tutelas pode ser importante. O que presenciamos é um conjunto de medidas esparsas sem justificação, mal articuladas com as instituições presentes no terreno. Falemos sobre a Reabertura da Extensão de Loureda, reclamada pela população? Desconhecem-se os motivos técnicos que justifiquem esta medida. Unidade de Retaguarda no Centro de Saúde de Arcos de Valdevez? Depois de um protocolo tripartido entre ULSAM, SCMAV e CMAV, assinado há 2 meses, com obras feitas e instalados os equipamentos, nada acontece e pelo que nos é dado a entender, a ULSAM, com a recente mudança de administração promovida pelo governo em funções, já não tem interesse em avançar com esta valência em Arcos de Valdevez? Onde está a estratégia para a saúde em Arcos de Valdevez?

No que se refere aos investimentos nas áreas industriais, reconhecemos o esforço do executivo municipal na dinamização do setor industrial e energético. Aqui, em 2024 assistimos a um investimento significativo de mais de 771 mil euros. Contudo, não podemos deixar de levantar questões essenciais sobre a transparência e avaliação do impacto destes investimentos públicos. É referido o apoio à atividade do Centro de Interface Tecnológico Industrial, o CITIN, com uma participação financeira final da Câmara neste centro a ascender a 123 mil euros. No entanto, não nos é apresentada qualquer informação concreta sobre o retorno desse investimento para o nosso concelho.

Senhor Presidente, é precisamente por ocupar o lugar de vice-presidência na administração deste Centro Tecnológico que lhe perguntamos diretamente:

1. Quantos arcuenses trabalham hoje no CITIN?
2. Quantas empresas sediadas em Arcos de Valdevez foram apoiadas ou beneficiadas pelas suas atividades?
3. Em que medida o CITIN está a contribuir para o desenvolvimento tecnológico e económico do tecido empresarial local?
4. Se um dos objetivos do executivo é fixar talento jovem e qualificado, quantos desses trabalhadores residem de facto no concelho?

É preciso medir, acompanhar e prestar contas com rigor. O investimento só é eficaz se trazer resultados mensuráveis para as pessoas e para as empresas do nosso território.

E sobre isso o documento é omissivo e se é omissivo é porque a perceção da realidade corresponde efetivamente e lamentavelmente à realidade, ou seja, à parte a vaidade vã da instalação deste Centro do nosso concelho, o mesmo ainda não nos trouxe tudo aquilo que legitimamente desejamos. Ainda trará? Que planeia este executivo fazer para alcançar os objetivos de retorno do seu investimento que não se mede em números de rentabilidade?





Quanto à sustentabilidade Financeira, é verdade que a Câmara bateu recordes orçamentais este ano, captando financiamentos europeus e nacionais avultados. Isto é louvável, mas levanta uma questão fundamental: esta gestão está a criar compromissos que irão exigir um esforço considerável em recursos humanos e manutenção de infraestruturas nos próximos anos.

Residências universitárias, Quinta Ciência Viva, PLACA, Cineteatro Alameda, Parque de Estacionamento, Branda Científica, IPVC, a lista é de facto extensa.

Está o executivo seguro de que conseguirá nos próximos anos manter estes equipamentos, tanto financeiramente, quanto em recursos humanos? Que previsões foram feitas para garantir esta sustentabilidade?

O que observamos sistematicamente são concursos para contratação de recursos humanos externos: dezenas de profissionais para a cultura, para as AEC, serviço de veterinária municipal subcontratado. Até os profissionais de higiene urbana serão, após o que aprovámos na última reunião de Câmara, provavelmente mais os subcontratados do que os que se encontram efetivamente nos quadros. É assim que vamos manter a Câmara a funcionar, na base do outsourcing?

Mesmo que os protocolos com entidades como o IPVC remetam para as entidades gestoras as despesas de manutenção, temos sérias dúvidas de que não veremos esse tipo de gastos a serem novamente protocolados com a Câmara num futuro próximo.

Por isso é que a nossa visão, o nosso posicionamento e as nossas prioridades estão desencontradas com as deste executivo.

A visão que transmitimos para o concelho em sede de Orçamento seria outra, substancialmente diferente da seguida pelo executivo porque acreditamos, ao contrário deste, que não somos um concelho de incendiários e piromaníacos.

Somos uma terra de gado e de pastoreio, onde o ordenamento do território não é eficaz, onde a rede primária, secundária e terciária não funciona ou está estagnada, sem nenhuma estratégia preventiva ou de compatibilização com as atividades humanas de valor económico.

Não é transformando as nossas florestas num cenário de vigilância constante, com drones no ar, câmaras nos postes e forças policiais nos caminhos, que resolveremos o problema dos incêndios.

Em termos agropecuários e florestais, apesar do Município se congratular pelas iniciativas e apoios preconizados para o nosso território, a realidade é que os mesmos são pífios ou não chegam verdadeiramente a quem de direito.

Os problemas são conhecidos de todos, muitas propriedades pequenas, herdadas em múltiplas divisões familiares, que dificultam a viabilidade económica da produção; forte movimento de migração dos nossos jovens para o estrangeiro, pela falta de oportunidades e de atração do setor agrícola no concelho, resultando deste movimento uma população envelhecida, que apenas se limita a uma pequena agricultura de subsistência.

Isto resultou numa agricultura, que sempre teve um forte peso na nossa economia, marcando indelevelmente a nossa paisagem, tenha perdido peso para outros setores, como o do turismo e o dos serviços.

[Handwritten signature]





Daqui resulta o inevitável, Arcos de Valdevez, apesar da similaridade conjuntural com os concelhos de Melgaço, Monção, Paredes de Coura ou Ponte da Barca, apresenta uma taxa de ignições muito superior àqueles colocando-nos no pódio a nível nacional pelos piores motivos. O Partido Socialista já várias vezes mostrou o caminho com propostas concretas para melhorar a nossa agropecuária e diminuir o risco de incêndios rurais, que voltamos a repetir:

- - apoio à atividade pecuária que potencie o pastoreio extensivo, preferencialmente com pastor;
- - equipas de sapadores dedicadas em exclusivo à gestão de combustível e ao desenvolvimento de atividades de silvicultura preventiva;
- - medidas de emparcelamento agrícola que aumentem a área agrícola realmente utilizável no concelho, aumentando assim a distância entre a floresta e as habitações;
- - implementação de um plano de fogo controlado em articulação direta com as unidades de baldio, pastores e caçadores, respondendo assim as necessidades dos mesmos na gestão de pastagens;
- - melhoramento de pastagens permanentes.

O PSD, desculpem, o que este Executivo faz é sustentar a procura em vez de apoiar a oferta, e dar ajudas ao saneamento que, sendo necessário, não resolve de todo o problema dos nossos agricultores, dos nossos pastores e dos nossos baldios.

No setor do turismo, as coisas vão de vento em popa, apresentando números deveras interessantes.

Todavia, assolam-nos algumas preocupações, como por exemplo a ausência do PDM e de uma visão estratégica para o setor.

Num concelho onde o território tem uma forte componente de zonas rurais, florestais e de proteção (por causa do Parque Nacional da Peneda-Gerês), o PDM irá ser sempre muito condicionado por regulamentos ambientais, redes ecológicas e património natural de forma a manter preservação dos espaços naturais e rurais.

É fundamental por isso percebermos qual é a visão estratégica que o município tem para a recente galinha dos ovos de ouro, uma vez que tudo indica que grande parte dos ovos orçamentais estão a ser colocados nesta cesta.

Temos assistido a iniciativas avulso, alavancadas numa estratégia de aproveitamento de fundos europeus para valorização do património cultural (centros urbanos) e em infraestruturas para ecoturismo e turismo ativo (como trilhos e centros interpretativos).

À primeira vista poderia parecer um bom aproveitamento, mas não se não houver estratégia. Estamos a fazer infraestruturas, trilhos e centros interpretativos para cumprir com as obrigações dos programas a que concorremos, sem objetivo de os manter, ou a tornar o futuro do orçamento municipal insustentável pois alguém terá daqui a 10 /15 anos de garantir a manutenção de todo este investimento.





Daí que o estudo estratégico do turismo para o concelho de Arcos de Valdevez e a sua interligação com o PDM se enformem de extrema importância. Mas sobre isso nem uma palavra neste documento.

Acreditamos igualmente que a política de habitação deve ser revista e complementada para responder aos desafios presentes. Com um investimento declarado de cerca de 600 mil euros, questionamos se estamos realmente a atacar a crise habitacional que afeta tantos dos nossos jovens e famílias.

Na gestão da relação entre as freguesias e o município, continuamos com a mesma gestão promotora de desigualdades, tratando o que é desigual por igual, ignorando critérios básicos de equidade na distribuição dos apoios, promovendo uma aposta desmesurada no centro urbano em contra ponto com pequenas operações que ocasionalmente se vão fazendo nas freguesias com o resultado que todos conhecemos – um inverno demográfico que nos vai conduzir, muito em breve, a aldeias totalmente desabitadas no nosso concelho.

E, finalmente, naquele que continua a ser o principal marco do atraso arcuense: a rede de saneamento básico. Apesar dos 1,8 milhões de euros investidos em infraestruturas básicas e ambiente, continuamos longe de atingir os valores desejáveis. Mesmo depois dos avultados investimentos realizados ao longo de todo o mandato, muitas freguesias continuam a aguardar ligação à rede pública.

Sr. Presidente e Caros Presentes,

A prestação de contas não pode ser apenas um exercício contabilístico onde se alinham números e se apresentam gráficos coloridos. Deve ser um momento de verdadeira reflexão sobre o impacto real das políticas municipais na vida dos arcuenses.

Não questionamos a legalidade das contas apresentadas, mas consideramos que as opções políticas subjacentes não servem os melhores interesses do nosso concelho e dos nossos concidadãos.

Este documento perpetua uma visão retrógrada da democracia local, que aprisiona o nosso concelho num modelo de desenvolvimento centralizado, pouco participativo e desligado dos problemas reais das populações.

Estas enormes operações de marketing promocional apresentam de facto números impressionantes, mas serão eles um reflexo fiel da melhoria da qualidade de vida da nossa população?

O que este relatório de contas não mostra são as oportunidades perdidas, os jovens que continuam a abandonar o concelho, os idosos que vivem em solidão, as famílias que lutam para sobreviver até ao fim do mês.

Terão as políticas implementadas ao longo deste mandato servido verdadeiramente para construir um concelho "mais solidário, inovador, atrativo e sustentável", como refere o Senhor Presidente?





É por isso que a bancada do Partido Socialista não pode aprovar este relatório de contas. Não porque discordemos da necessidade de rigor financeiro, mas porque entendemos que este rigor tem de estar ao serviço de um projeto mais ambicioso, mais inclusivo, mais democrático para o nosso concelho e que demonstre uma visão estratégica para o futuro, um plano coerente de desenvolvimento que vá além das obras visíveis e dos eventos mediáticos.

Um projeto que coloque as pessoas no centro das decisões, que devolva poder às freguesias, que invista prioritariamente nas funções sociais e que construa um futuro onde todos os arcuenses se sintam representados e valorizados.

Esta será a última prestação de contas do mandato. De um mandato que não conseguiu concluir a revisão do PDM, que não conseguiu sequer reunir a comissão consultiva de PDM no último ano; de um mandato em que não se chamaram os jovens à participação política; de um mandato em que não se definiu uma estratégia de turismo, sector aparentemente essencial para o desenvolvimento actual do concelho; de um mandato em que não se resolveram problemas de mobilidade intra e inter concelho; de um mandato em que não conseguimos aprovar um Plano Desportivo para as modalidades a desenvolver no concelho; de um mandato em que não conseguimos corrigir as desigualdades do território, de um mandato em que não aumentámos o número de residentes no concelho, de um mandato em que não nos afirmámos como uma terra de esperança e de futuro.

Em consciência, com distanciamento partidário, particularmente a quem não reside no centro da vila, a quem não vê possibilidade de os filhos e os netos se fixarem nos Arcos, a quem trabalhava nas empresas que encerraram, a quem quer explorar o campo e não consegue por falta de recursos logísticos e humanos, a quem quer avançar com outro investimento que não seja na área do turismo, perguntamos: quatro anos depois, o concelho está melhor, a vida de cada um, de cada família está melhor?

Por tudo aquilo que foi exposto, mas particularmente pelo nosso partido que se chama acima de tudo Arcos de Valdevez, não podemos aprovar este relatório de atividades e gestão.

24 de abril de 2025

Grupo Municipal do Partido Socialista





**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ARCOS DE VALDEVEZ
DE 24 DE ABRIL 2025**

**Ponto 2 DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DO ANO DE
2024**

Exmº Senhor , Presidente da Assembleia Municipal

Exmº senhores secretários da mesa

Exmº Senhor Presidente da Câmara Municipal e senhores vereadores

Senhoras e senhores deputados.



A análise da prestação de Contas da atividade do município de Arcos de Valdevez referente ao ano de 2024, revela que a receita efetivamente cobrada foi de 32,3 milhões de euros que é 88% da receita prevista no Plano e Orçamento – estavam orçamentados 36,5 milhões de euros - e consequentemente a despesa executada – 32,1 milhões de euros - foi de 87% em relação à despesa prevista no Plano e Orçamento.

Nas despesas correntes, as despesas com o pessoal (6 216 250,00 €) foram mais 332.000,00 euros em relação ao ano de 2023 (5 883 464,00 €), diferença que contudo foi menor do que a verificada entre 2022 e 2023 que foi de 500.000,00 euros.

Os investimentos que foram concretizados em relação ao Previsto no Plano e Orçamento, segue uma trajetória pensada pelo executivo, sobre a estratégia definida para o território de Arcos de Valdevez.

As Grandes Opções do Plano refletem as obras e as principais intervenções que são estruturantes para a economia de um concelho que se pretende dinâmico e com desenvolvimento.

Por isso a nossa persistência para uma projeção de investimentos que se adequem às realidades locais sempre com o objetivo de criar a possibilidade do bem estar das populações e que sejam fatores de atração e fixação das populações.

Iremos elencar aspetos que seriam importantes para um território que apresenta uma morfologia montanhosa associada a regimes pluviosos e com grandes manchas de floresta e que apresenta uma biodiversidade que urge acautelar e preservar.

Perspetivando as freguesias situadas na margem montanhosa a ocidente e a confinar com Monção, Paredes de Coura, e Ponte de Lima, era importante que se tivesse em linha de conta o aproveitamento dos recursos endógenos que estão ligados à agricultura (por exemplo o plantio do centeio) e alguma atividade industrial, para além da riqueza patrimonial, suporte fundamental para qualquer atividade turística.

Temos insistido que um dos aspetos prioritários de intervenção tem a ver com a falta de habitação que se verifica quer no mercado de arrendamento quer na compra de habitações pela carência que se verifica e em relação à disponibilidade do mercado. Seria importante que fosse dada prioridade ao loteamento de Vilafonche. Uma vez infraestruturado seriam

colocados ao dispor dos Arcuenses lotes a preços que sejam adequados aos salários que se praticam.

Para um concelho que aposta no turismo e com áreas classificadas pela paisagem e pela natureza, suportada por uma biodiversidade rica em recursos hídricos e de uma fauna e flora típicas, temos insistido no aumento do Parque Natural da Peneda-Gerês que não só daria uma maior proteção contra possíveis interesses estranhos à economia local, como também iria permitir uma maior captação de investimentos associados às características únicas destes espaços.

Do ponto de vista cultural há uma falha que terá de ser colmatada, que é a construção de um espaço museológico que albergasse todo o património e ferramentas utilizadas desde tempos imemoriais pelos povos autóctones. Muito deste património encontra-se abandonado e seria conveniente fazer-se a recolha e expô-lo em local apropriado. Há muito que fazer neste particular porque também é um complemento para o registo da evolução da história bastante rica que ainda não foi estudada e posta a descoberto.

A recuperação e a revitalização do centro histórico é também uma das prioridades que a autarquia tem de encarar como urgente. Os privados têm dado um certo impulso, recuperando edifícios que se encontravam abandonadas, mas o poder publico terá de ter a respetiva participação na parte que lhes compete nomeadamente: estacionamento automóvel, melhoria das vias publicas, redefinição do transito automóvel entre outros.

A instalação da via ferroviária seria um passo importante para Arcos de Valdevez, pelas vantagens que daí adviriam quer no que diz respeito à descarbonização, quer à mobilidade. Também as ligações rodoviárias a Braga e à fronteira do Lindoso, teriam de ser vertidas nos próximos orçamentos porque são vitais para o desenvolvimento.

Obras que em nosso entender são importantes para este território, temos a urgência de mudar o local da atual ETAR, o aproveitamento das margens do rio Lima na freguesia de S. Jorge para os desportos náuticos, a implementação da rota do religioso com um percurso que abranja, o Santuário da Peneda, S. Bento do Cando e S. Bento de Ermelo, a recuperação da Central de Camionagem, *a criação de um polo universitário* que incluísse instalações próprias e um espaço com residências universitárias, são medidas que entendemos prioritárias.

No que se refere à fiscalidade verifica-se que o imposto do IMI arrecadado foi de 2.265.300,00 euros, quando o referente ao ano anterior foi de 2.204.200,00 €. Há uma recuperação em relação à diminuição que se tinha verificado e é sinónimo de alguma aceleração do mercado do imobiliário. Temos insistido para os valores mínimos do IMI dada a sobrecarga de impostos que o cidadão tem de pagar, só ao nível do edificado.

No que se refere ao IMT foram arrecadados 1.325.017,50 €, e verifica-se um aumento em relação a 2023 que foi de 864.900,00. Nota-se um aumento nas transações de compra e venda em 2024.

No que se refere à Participação Variável de IRS, foram cobrados aos Arcuenses 426.518,00 €, e neste particular temos referido que o município poderia prescindir deste valor em favor dos residentes nos Arcos de Valdevez, na medida em que iria permitir uma maior folga no orçamento familiar.

O parecer do Revisor Oficial de Contas no capítulo BASES PAR A A OPINIÃO COM RESERVAS continua a referir a insuficiente informação sobre o controlo da Entidade dos

elementos integrantes do seu ativo fixo tangível, associada à sua grandeza, dispersão, antiguidade e bases de mensuração previstas no referencial contabilístico SNC-AP, não nos permitem emitir uma opinião devidamente fundamentada sobre a plenitude e adequação dos valores apresentados nas supracitadas rubricas do balanço, das depreciações, amortizações e dos subsídios de capital.

Contudo o seu parecer final é de que devem aprovar os documentos de prestação de contas da Entidade.

Resumindo e em conclusão no que diz respeito ao exercício do município durante o ano de 2024, verificam-se que foram vertidas no Plano, muitas das nossas observações, e tendo em consideração a votação no Plano e Orçamento, iremos abster.

Arcos de Valdevez 24 de abril de 2025

O grupo municipal do CDS/PP





Assembleia Municipal de Arcos de Valdevez – 24 de abril de 2025

Ponto 3- PROPOSTAS DE PROTOCOLOS DE APOIO FINANCEIRO A CELEBRAR COM A FREGUESIA DE SENHAREI E A UNIÃO DE FREGUESIAS DE JOLDA (MADALENA) E RIO CABRÃO

Vimos hoje partilhar convosco um fenómeno notável que testemunhámos no mês de abril.

Um verdadeiro milagre financeiro ocorreu nas reuniões do nosso executivo camarário. Num único mês, foram distribuídos 550.340,00€ ao movimento associativo e às fábricas de igreja.

Para contextualizar a magnitude desta generosidade, permitam-nos um simples exercício matemático: esta verba corresponde a 41% do valor anual que o Município disponibiliza para todas as Juntas de Freguesia do concelho para apoio às suas atividades e investimentos.

Em apenas duas reuniões, quase metade do orçamento que as nossas Juntas de Freguesia recebem durante um ano inteiro foi distribuído pelo executivo municipal, num gesto de benevolência que certamente ficará registado na memória coletiva e particularmente na campanha pré-eleitoral.

Não questionamos - e que fique absolutamente claro - , o mérito das associações ou a importância da preservação do nosso património cultural, religioso e social.

O que questionamos é a lógica centralizadora que subtrai às Freguesias a capacidade de participar neste processo.

Questionamos os Senhores Presidentes de Junta aqui presentes: não seriam Vossas Excelências, pela proximidade e conhecimento profundo das realidades locais, os agentes mais capacitados para gerir estes apoios nos vossos territórios? Não teriam melhores condições para avaliar prioridades, necessidades e impactos reais destes investimentos, se efetivamente houvesse uma real delegação de competências efetiva?

Este centralismo asfixiante, onde o executivo municipal atrai para si toda a glória da distribuição de verbas, verbas que, recordamos, são dinheiros públicos e não património pessoal de ninguém, revela uma conceção feudal do poder local que julgávamos já ultrapassada no século XXI.

O que assistimos em Arcos de Valdevez é a perpetuação de um sistema onde os presidentes de junta e todos os demais autarcas de freguesia, eleitos democraticamente e representantes legítimos das populações, são reduzidos a meros espectadores da distribuição dos dinheiros públicos municipais.

Enquanto nas juntas se multiplicam responsabilidades com envelopes financeiros cada vez mais parcos, no Paço Municipal multiplicam-se os pães e os peixes dos subsídios, sempre com a conveniente presença fotográfica do executivo.





Senhoras e Senhores, não podemos continuar a alimentar um sistema que infantiliza as freguesias e cultiva relações de dependência em vez de autonomia e cooperação.

O desenvolvimento harmonioso do nosso concelho exige descentralização efetiva, confiança nas estruturas de proximidade e respeito pela dignidade institucional de todos os órgãos autárquicos.

Quando um executivo municipal reserva para si o papel de grande benfeitor, distribuindo benesses a seu bel-prazer, não está a fortalecer a democracia local, está a enfraquecê-la, transformando cidadãos em súbditos e autarcas em cortesãos.

Fica a reflexão, porque Arcos de Valdevez é o nosso partido.

Arcos de Valdevez, 24 de abril de 2025

Grupo Municipal do Partido Socialista de Arcos de Valdevez,





Assembleia Municipal de Arcos de Valdevez – 24 de abril de 2025

Ponto 4- PROPOSTAS DE ALTERAÇÃO AOS ACORDOS DE TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA OS ÓRGÃOS DAS FREGUESIAS DE CENDUFE, JOLDA (S. PAIO), OLIVEIRA, PROZELO, RIO DE MOINHOS E RIO FRIO, E UNIÕES DE FREGUESIAS DE ÁLVORA E LOUREDA, DE ARCOS DE VALDEVEZ (SALVADOR), VILA FONCHE E PARADA E DE JOLDA (MADALENA) E RIO CABRÃO

No dia 22 de março, o Sr. Chefe de Divisão Dr. Faustino Soares, remeteu a pedido do Sr. presidente de Câmara Municipal a todas as Juntas de Freguesia um email a requerer e passo a citar "... De modo a formalizar uma alteração ao Acordo de Transferência de Competências em vigor, solicita-se que a presente proposta de transferência de recursos financeiros para essa Freguesia, seja objeto de apreciação e aprovação pelos órgãos dessa Freguesia – Junta de Freguesia e Assembleia de Freguesia – até ao início do mês de abril, para posterior aprovação nos órgãos municipais até ao final de abril de 2025 – Datas previstas: Câmara Municipal 10/04/2025 e Assembleia Municipal 24/04/2025.

Como é do conhecimento de todos, a reunião de executivo prevista para dia 10 de abril, foi antecipada para dia 04 de abril, impossibilitando assim que as Freguesias que tenham programado a sua agenda a contar com a data de dia 10 de abril, ficando desta forma apeadas e remetidas para a aprovação um acordo de transferências para junho, atrasando assim o envelope financeiro em mais de 2 meses.

Este é sem dúvida, mais um mau exemplo de como é encarada a relação institucional entre órgãos autárquicos, que supostamente num acordo de transferências deveriam ser tratados como pares.

O diálogo entre pares institucionais deve ser respeitoso, cooperativo e horizontal.

O Partido Socialista não abdica e compromete-se com estes 3 princípios basilares na sua relação com as Juntas de freguesia quando gerir a Câmara Municipal:

- Respeito pela autonomia: Cada instituição autárquica tem sua própria autonomia administrativa. É imperativo reconhecer essa autonomia, sem imposição ou hierarquia.
- Cooperação e parceria: A ideia principal é promover sinergias, trocas de boas práticas, acordos de colaboração, soluções conjuntas para problemas comuns. É um diálogo de "parceiros", não de "superiores e subordinados".
- Objetividade e transparência: Como são instituições públicas, o diálogo deve ser sempre claro, objetivo e, sempre que possível, devidamente documentado.

Porque Arcos de Valdevez é o nosso Partido!!

Arcos de Valdevez, 24 de abril de 2025

Grupo Municipal do Partido Socialista de Arcos de Valdevez,

Jorge Barros



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ARCOS DE VALDEVEZ

24ABRIL25

ORDEM DE TRABALHOS

PONTO 4 – PROPOSTAS DE ALTERAÇÃO AOS ACORDOS DE TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA OS ÓRGÃOS DAS FREGUESIAS ... DE ARCOS DE VALDEVEZ (SALVADOR), VILA FONCHE E PARADA.....

DECLARAÇÃO DE VOTO – FAVORÁVEL

Nos termos do Acordo de Transferência de competências, celebrado entre as Partes em 22 de maio de 2021, para efeitos de transferência de recursos foi calculado o valor com base no custo por quilómetro de vias municipais fixado em 400,00 Euros/Km. Tendo em conta a extensão da rede viária municipal existente naquela União de Freguesias, que conta com 8,893 km, o valor correspondente estabelecido no Auto de Transferência de Recursos foi de 7.114,00 Euros. Entretanto, por Adenda celebrada em 15 de maio de 2024, o Município procedeu a uma atualização para o ano de 2024 do valor a transferir para as freguesias por quilómetro de limpeza de vias, fixando o mesmo em 520,00 Euros/Km de via. Para o ano de 2025, o Município propôs às Freguesias uma atualização da ordem dos 7,5% dos recursos financeiros a transferir para o exercício das competências, fixando o valor em 559,00 Euros/km de via, atualizando a extensão de vias municipais naquela União de Freguesias, que conta com 13,433 km. O nº3 do artigo 6º do Decreto-Lei nº 57/2019 de 30 de abril, estabelece que os recursos financeiros que são transferidos para a freguesia podem ser alterados por acordo entre o município e a freguesia, devendo para o feito ser observado um procedimento idêntico ao que lhe deu origem, ou seja, mediante deliberação dos órgãos deliberativos respetivos. Nestes termos, existindo uma alteração dos valores a contratualizar com as freguesias em matéria de transferência ou delegação de competências para a limpeza da rede viária municipal, se justifica adotar igual procedimento com a Junta de Freguesia de Arcos de Valdevez (Salvador) Vila Fonche e Parada, mediante alteração dos recursos financeiros previstos no Acordo celebrado, aprovada pela Câmara Municipal e Assembleia Municipal, nos termos dos nºs 3 e 4 do artigo 6º do Decreto-Lei nº 57/2019, de 30 de abril.

Após aprovação dos respetivos órgãos deliberativos, é livremente e de boa-fé celebrada a presente ADENDA ao Acordo de Transferência de Competências e Auto de Transferência de Recursos, celebrado entre as Partes em 22 de maio de 2021, nos termos e para os efeitos do disposto nos nºs 3 e 4 do artigo 6º do Decreto-Lei nº 57/2019 de 30 de abril, e que consta do montante total anual de: **15.019,00€**

1 – Considerando que os Vereadores do Partido Socialista e os Deputados Municipais do Partido Socialista durante este mandato (2021-2025) sempre **VOTARAM CONTRA** ou **ABSTIVERAM-SE** a este apoio da Câmara Municipal, numa clara demonstração de obstaculizar e prejudicar não só a Freguesia, mas também todos os nossos concidadãos e muito em particular os que os elegeram;

2 – Considerando que os elementos eleitos pelo Partido Socialista, na Câmara Municipal e na Assembleia Municipal, alteraram agora a sua Votação, votando **FAVORAVELMENTE** este protocolo, pretendendo dizer que puseram a mão na consciência e lembraram-se que este é um ano de eleições Autárquicas.

3 – Considerando que existiu também durante este mandato, Votos Contra do Srº Presidente da Junta da União de Freguesias de Távora Sta. Maria e S. Vicente, Srº António Maria de Sousa, que apesar das críticas que faz à Câmara Municipal de Arcos de Valdevez pelo insignificante e pequeno apoio financeiro às Juntas de Freguesia nestes protocolos, não se inibe e sem qualquer fundamento também Vota agora FAVORAVELMENTE este apoio a esta União de Freguesias de AV Salvador, Vila Fonche e Parada, numa tentativa de apagar o mal que sempre quis fazer;

Assim sendo e tendo em conta o acima exposto e sempre foi regra da minha parte, não criar obstáculos ao normal funcionamento das juntas de freguesia e acreditar no seu órgão fiscalizador, VOTEI FAVORAVELMENTE ao apoio financeiro agora apresentado.

Arcos de Valdevez, 01 de maio de 2025

**O PRESIDENTE DA JUNTA
U.F. AV SALVADOR, VILA FONCHE E PARADA**



Rui Fernando Gonçalves Aguiam